

***Maîtres  
de plaisir***  
**[constructores  
de imagens]**

Jeferson Selbach

Cachoeira do Sul  
2006

Copyright © 2006 by Jeferson Selbach

Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)

S464m Selbach, Jeferson Francisco.  
*Maîtres de plaisir* [construtores  
de imagens]/Jeferson Francisco  
Selbach. – Cachoeira do Sul:  
Ed. do Autor, 2006

112 p. il.

ISBN 85-905426-6-1

CDD 070 - Jornalismo, Mídia, Publicações  
300 - Ciências Sociais  
981 - História do Brasil

Revisão: Ivouny Dargelio Maciel

Direitos reservados a Jeferson Francisco Selbach  
Rua General Portinho, 1701 - térreo  
Cachoeira do Sul/RS - CEP 96508-061  
jfselbach@hotmail.com

Capa: bricolagem de recortes de jornais antigos

Este livro foi autorizado para domínio público através do site <http://www.dominiopublico.gov.br>, com Licença Creative Atribuição-Uso Não-Comercial- Não a obras derivadas 2.5 Commons, licenciado no site <http://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>.

De acordo com a Lei n.10.994, de 14/12/2004, foi feito depósito legal na Biblioteca Nacional

# S U M Á R I O

**Maîtres de plaisir  
construtores de  
imagens 5**

**Fantasmagorias e desejos  
coletivos 10**

**Micro-história cultural 14**

**Trocas lingüísticas e o leitor 19**

Destruição e remontagem	<b>23</b>
Gênese da imprensa	<b>31</b>
Populismo e catolicismo no JP	<b>36</b>
Investimentos	<b>60</b>
Envolvimento comunitário	<b>68</b>
Promoções comunitárias	<b>75</b>
Confusão de espíritos	<b>85</b>
Charges	<b>87</b>
Notas	<b>88</b>

***Maîtres de plaisir*  
construtores de imagens**

O sentido da informação jornalística é explorado de maneira peculiar por Walter Benjamin. Ele destaca seu ponto nevralgico: “dificilmente a história da informação pode ser escrita separando-a da história da corrupção da imprensa”.<sup>1</sup> Aponta que por detrás de uma crença na neutralidade da transmissão da informação, se esconde a lógica do lucro e da dominação do veículo de comunicação. Não se trata de perverter uma informação com vistas exclusivas ao proveito pessoal; trata-se de mostrar fatos e idéias a partir de uma versão. A isso Willi Bolle, analisando o pensamento benjaminiano, dá o nome de *maître de plaisir*, ou produtores de imagens.<sup>2</sup>

Um exemplo é o *romance-folhetim*, veiculado na imprensa escrita francesa no século XIX. Nesta época, a atividade literária movia-se em torno dos periódicos.<sup>3</sup> Autores como Alexandre Dumas, Eugène Sue e Lamartine levaram suas novelas ao grande

público através dos jornais. Com a função de montar e manter um aparato de ilusões, a razão de ser do folhetim era “criar diversões, em meio ao tédio da vida urbana”<sup>4</sup>, para um receptor cujo sentido havia mudado: de leitores “de um tipo antigo que reliam mais do que liam” para “leitores modernos, que agarravam com avidez as novidades, novos gêneros, novos objetos impressos – o periódico, o libelo, o panfleto”.<sup>5</sup> Outro exemplo de produção de imagens ilusórias foi o filme de 1936, dirigido por Leni Riefenstahl<sup>6</sup>, por encomenda do então ascendente regime nazista. Em *O triunfo da verdade*, Adolf Hitler passa em revista suas tropas impecáveis, a fim de mostrar a chamada “superioridade ariana”, algo diferente do que se viu depois nas trincheiras e campos de concentração.

Os aparatos de ilusões, criados pelos produtores de imagens, serviram para amenizar ou camuflar os grandes conflitos sociais, substituindo a crítica por diversão, informação desconexa, publicidade e propaganda. “Tais camuflagens se traduzem na produção de uma falsa consciência, injetada na massa dos consumidores e interiorizada também pelos produtores”.<sup>7</sup> Como a falsa consciência interioriza-se tanto no receptor quanto no produtor, ambos desconhecem o alcance daquilo que praticam. Umberto Eco, em *Viagem na irrealidade cotidiana*, resume o poder da mídia moderna: “os meios de comunicação de massa não vinculam ideologias: são eles próprios uma ideologia”.<sup>8</sup>

Como afirmou Eni Orlandi, não existe “discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”.<sup>9</sup>

A criação deste aparato de ilusões é denominado por Pierre Bourdieu<sup>10</sup> como um processo de doutrinação simbólica. É um trabalho de “gota-a-gota simbólico”, uma vez que leva tempo para tornar-se evidente, aceitável. As armas são o léxico comum, os eufemismos e os pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis. Ele entende ser necessário analisar a produção e circulação desse discurso, descrevendo de modo preciso seus procedimentos a partir do qual uma visão de mundo é produzida, difundida e inculcada. Em *O poder simbólico*<sup>11</sup>, estabelece esta relação que serve como instrumento de dominação, uma vez que é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem em seu conhecimento. A cultura dominante, segundo ele, contribui para a integração da classe dominante, para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, desmobilizando as classes dominadas, e para a legitimação da ordem estabelecida pelas distinções hierárquicas. “A cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções compelindo todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”.

Norbert Elias<sup>12</sup>, analisando esta distinção cultural na sociedade européia, viu nas mudanças do que a sociedade exige ou proíbe uma civilização da conduta ou do comportamento. Na contenção e moderação

das paixões ocorreria o processo psíquico civilizador. O conceito de civilização ocidental expressaria uma consciência eurocêntrica. “A sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo”. No intercâmbio social, os hábitos mais rudes e costumes mais soltos e desinibidos seriam “suavizados”, “polidos” e “civilizados”. Seria uma necessidade de distinguir-se, numa luta através de meios relativamente pacíficos, não de súbito mas através de uma “economia das pulsões”.

Nessa complexa teia de transmissão de “verdades”, os meios de comunicação de massa assumem um papel preponderante. De forma residual, o jornal, como veículo produtor e reprodutor de uma cultura dominante, é um dos que ensina como pensar, falar e agir em sociedade. Edgar Morin entende que essa cultura de massa – na qual o jornal se inclui – orienta, desenvolve e domestica certas virtudes humanas, enquanto inibe e proíbe outras. Com um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens, ela penetra o indivíduo em sua intimidade, estruturando os instintos, orientando as emoções. “Esta penetração se efetua segundo trocas mentais de projeção e identificação polarizadas nos símbolos, mitos e imagens”. Num intercâmbio cultural, fornece pontos de apoio imaginários à vida prática e pontos práticos à vida

imaginária.<sup>13</sup> Para Bourdieu, estes sistemas simbólicos, como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem uma função política, impondo e legitimando a dominação, e contribuem para assegurar a dominação de uns sobre outros, numa espécie de “violência simbólica”, naquilo que Max Weber chamou de “domesticação dos dominados”.

A força desta relação reside na “deslocação”, não impondo os sistemas simbólicos de forma arbitrária, mas tornando-os “reconhecidos”, inculcando a apreensão da ordem estabelecida como “natural”, mascarando a realidade social. O poder simbólico nada mais é do que uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder. Numa espécie de eufemização, a dissimulação e transfiguração garantem “uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energias”. O poder simbólico reside na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.<sup>14</sup> Dito de outra forma, a autoridade repousa sobre uma adesão, conforme escreveu Michel de Certeau em *Cultura no plural*. Este “acordo espiritual” confere legitimidade ao exercício do poder.<sup>15</sup> O poder da palavra reside na legitimidade daquele que a pronuncia, neste caso o jornal.

### Fantasmagorias e desejos coletivos

Gerar uma falsa consciência é fazer com que as coisas sejam aprendidas na sua aparência, enquanto a essência, ou o processo real que lhes dá nascimento, é encoberto. Esta capacidade de distorcer a realidade, ou melhor, mostrar uma realidade “não real”, não é privilégio dos veículos de comunicação em massa. Estes são a ponta-fina de um processo maior e mais complexo, inerentes ao próprio capitalismo. Produzir imagens transfiguradas da realidade é produzir representações simbólicas do real, representações míticas sobre a realidade.

Estas imagens assumem a forma fantasmagórica (distorcida) do real. Sérgio Rouanet<sup>16</sup> diz que a fantasmagoria não é uma forma de apreensão do real, mas o próprio real. Sandra Pesavento resgata o espetáculo das Exposições Universais dos séculos XIX e XX para explicar como “a mercantilização capitalista produz a assimilação da fantasmagoria à própria vivência dos indivíduos, que não apenas sentem e sonham as fantasmagorias, mas as convertem na sua própria realidade”.<sup>17</sup> Walter Benjamin afirmou que as *Exposè*, que chamou de “centro de peregrinação ao fetiche mercadoria”, inauguraram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se divertir “desfrutando a sua própria alienação e a dos outros”.<sup>18</sup> Disto resulta a necessidade de “tornar transparente os mecanismos da máquina de produzir fantasmagorias”.<sup>19</sup>

Numa tentativa de desconfiar da “cristalinidade dos fatos” torna-se imperativo buscar a fala oculta sob o que é falado, “escavar sobre o que dizem as pessoas”.<sup>20</sup> Privilegiar aspectos ou esquemas existentes abaixo da transparência dos fenômenos, no entender de Bourdieu.<sup>21</sup> Ver o espetáculo, as imagens produzidas socialmente, imagens dos desejos e sonhos coletivos, das utopias; ver o que encanta e o que está encoberto; ver na realidade tanto aparência quanto essência. No sentido que a realidade passa a ser tanto aparência quanto essência, cabe assim ver o que está encoberto pelo espetáculo, ou mais, como se transfigura a realidade através dele.

A fantasmagoria (que vêm de uma percepção mítica do mundo) tanto transfigura a realidade e passa a ser um engodo quanto é a essência dos sonhos coletivos. Uma boa maneira de ver o que o espetáculo encobre, é mostrar estes desejos coletivos. Por isso o jornal, dentre os veículos de comunicação de massa, cataliza os desejos coletivos, enfatizando os sonhos de uma comunidade. Por isso a denominação *maitrès de plaisir*, ou construtores de imagens, construtores de um sonho coletivo, visão pouco crítica de uma realidade. Produzindo informação rotineira, diária, ele embota os sentidos do leitor.

Com esta imensa quantidade de informações noticiadas diariamente, o jornal explora o sentido mais peculiar da modernidade: o *sempre-novo* mas *sempre-igual*.<sup>22</sup> Rouanet, em *A razão nômade*, diz que

este tempo do eternamente idêntico é característico do jogador, pois “transforma o tempo num narcótico, que sujeita o jogador ao eterno retorno”. Como o operário na linha de produção, o jogador está “condenado, depois de cada lance, a começar de novo, sem qualquer perspectiva de construir uma sequência ordenada, visando um objetivo final”. Assim como o homem moderno, aquele que se aventura ou se arrisca no jogo não é movido pelo desejo de ganho, “ele não deseja nada”. Privado de experiência e sem tradição, sem passado, “cada instante é único e pode trazer-lhe a fortuna esperada”, seu desejo nasce na “infância mais remota, só podendo realizar-se por completo na perspectiva de um futuro infinitamente indisponível”. Privado deste futuro e deste passado, a temporalidade do jogador “é a do inferno: o ritmo do sempre igual”.<sup>23</sup>

O sujeito moderno, ao focar sua preocupação com as coisas materiais com o fito de angariar bem-estar, torna-se um autômato, limitando-se às coisas do dia-a-dia. Esta anestesia provocada pelo cotidiano serve de base aos fatos noticiados na imprensa escrita. E como a cidade assume uma posição privilegiada, pois é o lugar onde as coisas acontecem, a importância de tentar radiografar o cotidiano urbano, nas suas mais variadas facetas, nasce neste contexto.

Esse contexto não é possível de se captar num olhar superficial. É necessário lançar mão de uma perspectiva mais ampla,

só possível através da história, ou dos três tempos históricos de Santo Agostinho: presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras.<sup>24</sup> Somente uma perspectiva panorâmica possibilita enxergar a produção e circulação de um discurso ou uma linguagem dominante, que encobrem um eterno retorno. Um período de tempo tão amplo se justifica a partir do entendimento que um estudo histórico-sociológico deve dar conta dos longos ciclos evolutivos de uma determinada sociedade, os quais permitem compreender, “por filiação ou diferença, as realidades do presente”.<sup>25</sup>

Isso possibilita ver de forma mais clara como o jornal constrói uma imagem de cidade e daqueles que nela habitam ou estão ligados de alguma maneira; como monta uma versão a partir dos acontecimentos que narra dia-a-dia; como um produtor de imagens (*maitre de plaisir*), ameniza ou camufla os grandes conflitos sociais; como faz com que as coisas cotidianas sejam aprendidas na sua aparência, enquanto a essência, ou o processo real que lhes dá nascimento, é encoberto, gerando assim uma falsa consciência. É ainda uma tentativa de ver como se transfigura a realidade através do relato jornalístico ou como as imagens de uma cidade são produzidas socialmente, imagens dos desejos e sonhos coletivos, das utopias e promessas de redenção ou felicidade futura.

É necessário, como escreveu Luiz Costa Lima na introdução do compêndio *Teoria da*

*cultura de massas*, buscar a identidade da comunicação e da cultura de massa; ou empreender uma reflexão sobre a cultura de massa dentro da história, “que nos permita precisar o contexto social onde se dá o fenômeno considerado”.<sup>26</sup> Cultura essa que Edgar Morin chama de “segunda colonização”, uma vez que penetra na alma humana, no interior do ser humano, e aí derrama mercadorias culturais, industrializando o espírito. Neste sentido, “não há dúvida que o jornal é uma mercadoria”.<sup>27</sup> Peter Burke diz que vivemos numa sociedade do conhecimento, sob a égide de uma economia da informação, mas que a confiabilidade da informação é questionada. Para ele, as notícias já eram vistas como mercadorias desde o século XVII.<sup>28</sup>

### **Micro-história cultural**

O jornalista é o historiador do instante, o “Sísifo do efêmero que escreve para o esquecimento”, como define Jean-Pierre Rioux. Registrando ecos da atualidade, produzindo material elaborado e exercendo um olhar crítico, escreve a história imediata. Sua missão cotidiana consiste em forçar a atenção do leitor, “em mergulhar seu enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a atualidade”. Simplifica e desfigura a realidade ao mediá-la. Sua angústia é a “pequena morte diária”, pois o jornal é descartado ao final do dia, quando as informações que contém passam a fazer parte

da história.<sup>29</sup>

Através das manchetes, reportagens, charges, colunas sociais, editoriais, crônicas, notas, anúncios, etc., o jornal resgata pequenas histórias do cotidiano. Como fonte histórica, não se limita a narrar os grandes feitos. Por isto, coloca-se no âmbito de uma problemática maior: o deslocamento da produção histórica para um pólo de tensão que privilegia o sujeito em detrimento às estruturas, levando sempre em consideração a idéia de “indivíduo” e “sociedade” colocada por Norbert Elias. Para ele, todas as mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. “A história é sempre história de uma sociedade – escreve –, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos”.<sup>30</sup>

Nesta perspectiva, a forma de vida comunitária que estrutura a sociedade e a influencia sobre os indivíduos que nela vivem e sobre a forma de suas funções psíquicas, são mais fortes do que a vontade e os planos das pessoas individualmente consideradas (grandes líderes) ou do próprio meio em que vivem (fatores externos). Algo muito próximo ao que Georg Simmel desenvolve em *A metrópole e a vida mental*, onde descreve como a vida nas grandes cidades influencia hábitos, costumes e valores do homem metropolitano. “Os problemas mais graves da vida moderna – escreve logo no início – derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade



de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida”.<sup>31</sup>

O interesse pelo jornal, como fonte passível de “contar o passado”, insere-se numa tentativa de recuperar a experiência individual de outrora para que os grupos sociais atuais resgatem suas identidades esquecidas. É um enfoque histórico deslocado do economicismo, dos grandes feitos políticos e militares, dos heróis, do épico, da dita verdade, para uma história mais preocupada com o particular e o específico, com os homens comuns e os pequenos fatos, com o sujeito e a imaginação. É uma história construída com hipóteses e conjecturas que abrem caminhos para o encontro de possíveis respostas à compreensão não só daquilo que aconteceu, mas do que hoje acontece e ainda do que está por vir. É um resgate histórico das relações da comunidade, de como estas relações sociais influenciam o modo de agir e pensar de seus membros.

Apropriar-se da história não exclui a análise sociológica. O historiador Peter Burke diz que “vivemos em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era intrigante e, ao mesmo tempo, confusa”<sup>32</sup>. Em *História e Teoria Social* traça os caminhos que levaram ao surgimento do discurso compartilhado entre História e Sociologia, ou para empregar sua própria expressão, “teoria social” (que inclui “teoria cultural”). Segundo ele, historiadores e

teóricos sociais nunca perderam contato por completo, mas este discurso compartilhado, longe de convergir a um denominador comum, já apresenta-se como uma relação de constante mudanças entre ambas ciências, apesar de ainda ser considerado um “diálogo de surdos”, para ficar nas palavras de Fernand Braudel.<sup>33</sup> Também Paul Veyne, em sua aula inaugural no *Collège de France*, diz que a verdadeira história é sociológica, não se limitando a narrar ou a entender os fatos passados, mas a estruturá-los a partir de conceitos. Para ele, “os fatos históricos não se organizam por períodos e povos, mas por noções; não têm de ser recolocados em seu tempo, mas sob seu conceito”. Assim, a história seria definida como o inventário explicativo daquilo que há de social no homem, das diferenças manifestadas por este aspecto social.<sup>34</sup>

Para Roger Chartier, numa história da ou das leituras, há de se levar em conta a existência de técnicas ou de modelos de leitura que organizam as práticas da comunidade e o princípio de organização da diferenciação, algo difícil tanto para historiadores quanto para sociólogos.<sup>35</sup> Em *Invenção do cotidiano*, Michel de Certeau ressalta que “sociologização e antropologização da pesquisa privilegiam o anônimo e o cotidiano onde os zooms destacam detalhes metonímicos – partes tomadas pelo todo”.<sup>36</sup> Burke entende que “embora o passado não mude, a história precisa ser reescrita a cada geração, para que

o passado continue a ser inteligível para um presente modificado”.<sup>37</sup> Ler o jornal de ontem com olhos de hoje é fazer uma releitura de um passado escrito por uma casta sobre ela mesma, sobre seus próprios sonhos e desejos coletivos, materializados ou não, anseios estes que, não raro, tornam-se comuns aos demais integrantes da comunidade. É preciso desencantar esta ordem e realizar uma contra-leitura<sup>38</sup> ou, em outras palavras, quebrar em pedaços o caleidoscópio que reflete de forma distorcida a imagem de “ordem” de uma elite.<sup>39</sup>

Uma maneira de retomar esta micro-história cultural<sup>40</sup> é partir da concepção de que nenhuma comunidade é uma ilha, sendo necessário fazer emergir suas conexões. Partir da concepção, conforme Chartier, de que uma situação particular pode mostrar a maneira como os indivíduos produzem seu meio social, “por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem”.

A exemplo de Carlo Ginzburg, é possível enxergar “uma história das relações de força simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar sua dominação”, ou de Michel Foucault, para quem os sistemas de relações que organizam o mundo social são tão reais quanto os dados materiais.<sup>41</sup> Pensar nos “fenômenos reticulares” apontados por Norbert Elias, no

processo de individualização, na interação social, no processo de sociabilidade inerente aos seres humanos. “É justamente o fato das pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral”.<sup>42</sup>

Um estudo de caso permite, ainda segundo Chartier, atingir o essencial, “o esclarecimento das condições que tornam possível a emergência e perpetuam a existência de uma tal forma social”. Para tanto, deve distinguir funcionamentos diferentes da mesma forma social; mostrar os efeitos idênticos da mesma forma social no interior das sociedades bastante afastadas no tempo e no espaço; e contrastar as formas e os funcionamentos sociais.<sup>43</sup> Entende-se que o jornal, com seu olhar sobre o micro-cosmo local, revela, em determinados momentos, nos fatos aparentemente irrelevantes, os confrontos de idéias e a própria relação de força existente no entrecruzamento do mundo social.

### **Trocas lingüísticas e o leitor**

Existe uma história social da cultura? De onde falam os historiadores e sociólogos da cultura? Que objetos constituem? Tais indagações, levantadas por Michel de Certeau<sup>44</sup>, reafirmam a necessidade de reencontrar na história a inserção social da expressão cultural. O objetivo do historiador

deve ser o de fazer funcionar um “conjunto cultural, fazer com que apareçam suas leis, ouvir seus silêncios”. Dois caminhos se vislumbra: o da *sociologia da cultura*, analisando a produção, difusão e circulação; e o da *lingüística*, analisando as representações conceituais. Certeau sugere um ecletismo metodológico, mas não indiferente, ilusório, que pretende submeter o mesmo objeto a tantas indagações, utilizá-lo da mesma maneira sem nada obter de sua diferença. A diversidade metodológica possibilita ler a história cultural e social, entrecruzando diferentes métodos, associando conceitos históricos, antropológicos, filosóficos, lingüísticos e psicanalíticos, captando a multiplicidade da história, com seus conflitos e contradições. Como Noam Chomsky, Certeau questiona a própria autoridade da escrita: “falar é a realidade fundamental, da qual a escrita é uma simbolização secundária”. O oral é a referência primordial. A escrita é seu vestígio no papel.<sup>45</sup> Chartier aponta um caminho: “o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos” reside na “tensão entre as capacidade inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer”.<sup>46</sup>

Pierre Bourdieu trabalha um princípio semelhante em *Economia das trocas*

*lingüísticas*. Para ele, existe uma solidariedade estrutural entre diferentes níveis da atividade social, uma espécie de vaivém comprometedor. Há necessidade de tratar como interações simbólicas – relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento – estas relações sociais e as próprias relações de dominação inerentes a ela. “Não se deve esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”.<sup>47</sup>

Neste caso, o uso do jornal como veículo de dominação da linguagem, pensamento e ação ocorre na medida em que a opinião impressa em suas páginas, embora não seja consenso, legitima-se não por ser a única linguagem mas por ser aquela que chega quase com exclusividade aos leitores. É o sentido que Bourdieu<sup>48</sup> dá para a competência dominante que opera como um capital lingüístico capaz de assegurar um “lucro de distinção”, desde que sejam continuamente preenchidas as condições necessárias para impor essa competência como a única legítima.

Assim, uma sociologia que busque na linguagem sua fonte, deve tomar como objeto de seus estudos “a relação capaz de unir sistemas estruturados de diferenças lingüísticas sociologicamente pertinentes e sistemas igualmente estruturados de

diferenças sociais". Em outras palavras, procurar ver o que se fala e como se fala, em diferentes contextos sociais. Na perspectiva da imprensa, a aceitabilidade social do que se publica toma o caminho da resposta ou do silêncio do leitor. Para Bourdieu, os locutores desprovidos de competência legítima são excluídos dos universos sociais onde ela é exigida. Acabam, portanto, condenados ao silêncio.

Na análise da construção deste "laço social" entre produção e recepção, cabe ao leitor-receptor um papel importante. Chartier diz que toda história da leitura supõe, em seu princípio, uma liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que lê, o que o livro ou, neste caso, o jornal lhe pretende impor. "Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas da leitura". Mesmo entendendo que as representações coletivas estruturam nos indivíduos esquemas de percepção e de apreciação, a partir dos quais estes classificam, julgam e agem, a linguagem é investida, conforme define Chartier, de "significações plurais e móveis, construídas nas negociações entre uma preposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que dela se apoderam".<sup>49</sup>

Na recepção da leitura, o texto lido ganha sentido com o leitor: muda com ele, ordena-se conforme seu código de percepção. Por isso Certeau afirma que "ler é peregrinar por um sistema imposto".<sup>50</sup> E se a dominação simbólica supõe, como afirmou Bourdieu, uma cumplicidade que ocorre, não em forma de submissão passiva nem de livre adesão a valores, mas através de um "lento e prolongado processo de aquisição" que "se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado lingüístico"<sup>51</sup>, pode-se, como preconiza Morin, seguir a cultura de massa buscando seu perpétuo movimento da técnica à alma humana e vice-versa, concebendo a cultura de massa como um dos cruzamentos desse complexo de cultura, civilização e história.<sup>52</sup>

### **Destruição e remontagem**

Michel de Certeau<sup>53</sup> alerta para o fato de que a historiografia documental interessa-se sobremaneira pela categoria social que é homogênea à dos autores e dos leitores. O discurso histórico acaba impondo como história da sociedade o discurso daqueles que escrevem e lêem. Mesmo com a consciência de que a fonte jornalística está impregnada de uma visão parcial de mundo, ela traz no seu bojo pequenos fragmentos que permitem revelar um passado para além dela mesma. Para tanto, é primordial uma metodologia que dê conta desta necessidade. O *livro de*

*registros* de uma cidade comporta diversas fontes, tais como documentos, ordens, atas, leis, mapas, jornais, revistas, fotos, etc., sendo por isso mesmo um labirinto uma vez que uma fonte remete a outra e assim sucessivamente.<sup>54</sup>

A metodologia serve como *fió de Ariadne*, pois permite entrar no labirinto, enfrentar o *Minotauro* e sair são e salvo. Num primeiro momento, se forma o chamado *banco de dados*, constituído pelos fragmentos do texto jornalístico (notícias, reportagens, charges, colunas sociais, editoriais, crônicas, notas, anúncios, etc.), fragmentos estes que revelam como a formação de opinião se travesti em informação, que possibilitam uma ampla radiografia do cotidiano, tanto na perspectiva histórica quanto na variedade dos assuntos (cultura, economia, política, entretenimento, obras, educação, saúde, segurança, serviços públicos, trânsito).

A fase seguinte é a da análise e classificação dos fragmentos, que inclui a elaboração de grupos temáticos de acordo com o conteúdo pesquisado. Nesta classificação, combinam-se os fragmentos, seguindo uma nova lei *a-histórica* e *a-temporal*, pois os elementos isolados encontram-se em *estado de dicionário*. Desta combinação, nasce a análise crítica do discurso jornalístico como formador da identidade local.

A chamada remontagem ou a *costura literária* é originária do trabalho de Walter Benjamin, que procurou montar a fisionomia

da metrópole moderna a partir da “gigantesca constelação de escrita” com que se depara o transeunte que faz suas andanças pela cidade. Este “errante” é cotidianamente bombardeado por uma imensa “aglomeração de textos” que se sobrepõem uns aos outros e formam o espaço urbano, constantemente em modificação. Ele fez a montagem a partir do livro *Rua de Mão Única* (1925-1928) e seguiu como o *Diário de Moscou* (1926-1927) e nos primeiros esboços da *Obra das Passagens Parisienses* (1927-1929). De acordo com Willi Bolle “o objetivo comum de todas essas obras era representar a grande cidade contemporânea como espaço de experiência, sensorial e intelectual, da modernidade”.<sup>55</sup>

Como guia no labirinto urbano Benjamin se utilizou do *flâneur*, o “ocioso sonhador” típico da Paris do século XIX que se deleitava com o espetáculo da metrópole contracenando com uma multidão erotizada em meio a paisagem do consumo. Esta figura multifacetada, que encarna diversos personagens, foi usada como instrumento de percepção e mapeamento da paisagem social. Seus conceitos englobaram um caráter simultâneo de utopia e mito, promessa e infernalidade, possibilitando uma conotação messiânica, e, expressando assim, uma exigência necessária à própria contemporaneidade. Para possibilitar um caráter de redenção – fazer com que o homem não cometesse os mesmos erros – Benjamin propôs a história como objeto de uma

construção cujo lugar não fosse o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”, em que era necessário explodir seu *continuum*: considerou sua tarefa a de “escovar a história a contrapelo”. Seria necessário ao homem moderno ir ao encontro secreto marcado com os mortos – gerações precedentes e a nossa –, pois a “cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo”.<sup>56</sup>

Para apropriar-se do passado, Benjamin se baseou num modelo onírico-mnemônico de inspiração freudiana para dela extrair uma nova historiografia, com um discurso não linear, constituído de fragmentos arrancados do *continuum* da história (facetas do cotidiano que são reveladoras do processo histórico-social). Assim ele buscou através das imagens de desejo e utopias (fantasmagorias) uma possibilidade do presente ser “percebido como um despertar num agora da conhecibilidade”. Esta historiografia alegórica resultaria na desmontagem de textos e remontagem dos fragmentos com vistas a uma nova constelação textual. Esta forma abre possibilidades de se relacionar épocas diferentes, reconhecendo suas diferenças históricas. A historiografia como construção, segundo ele, pressupunha um trabalho de “destruição” e “montagem”. O objetivo da “destruição construtiva” seria formar uma constelação, onde o passado se juntaria, como num relâmpago, com o agora. Seria uma maneira de explodir o *continuum* da história

para arrancar-lhe os objetos e a citação. O conceito de citação implicaria que o objeto histórico (texto jornalístico) fosse “arrancado do seu contexto” (através dos fragmentos). A remontagem (criação dos grupos temáticos) para Benjamin combinaria a sintaxe do cinema com a semântica do sonho. Se chegaria assim, a uma síntese dos dois modelos: o “ensaio radiográfico”. Esta ensaística transitaria entre a esfera do sonho e da vigília para uma compreensão mimética do imaginário coletivo. Dos sonhos coletivos, que são a expressão do inconsciente social, seria extraído o conhecimento histórico através da técnica de despertar, combinando o elemento cognitivo arcaico – contido na “narração através de imagens” – com os conhecimentos da ciência moderna.

Este procedimento teria como objetivo elaborar um ensaio que “radiografasse” os sonhos coletivos. Caberia ao cientista submeter amostras do inconsciente a testes no laboratório da crítica, através da montagem em forma de choque ou superposição. Estes dois caminhos de remontagem expressam tanto a simultaneidade de percepções diferentes, quanto um processo cognitivo no limiar entre inconsciente e consciência (sonho e vigília); o saber passa a ser extraído através da técnica de despertar, “quando o indivíduo esfrega os olhos, como se quisesse certificar-se de sua percepção”. Assim Benjamin procurou apresentar as oscilações do imaginário coletivo. A montagem como

superposição (ou justaposição) foi utilizada para decifrar o espaço imagético político-social. Sua perspectiva – ao acompanhar o rumo do *flâneur* – era escolhida de tal modo que o leitor pudesse participar do fluxo de consciência deste. Num primeiro momento a multidão seria vista sob sua ótica (olhar de dentro). Em seguida, num contraplano, seria vista pela visão de fora; ou seja, pretendia realizar uma justaposição de significações.<sup>57</sup>

Para Benjamin, o jornal é, “tecnicamente falando”, “a posição literária mais importante”, devido ao seu *layout* espacial e sua disposição multidimensional da escrita. Nele, as informações são montadas com uma nítida “falta de conexão”. Este “caos de informações” impede a “formação da experiência”.<sup>58</sup> O propósito da imprensa, segundo ele, é impedir o leitor de incorporar à sua própria experiência as informações noticiadas. “Os princípios de informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para esses resultados, do mesmo modo que paginação e o estilo lingüístico”.<sup>59</sup> A técnica da citação através da desmontagem/remontagem visa justamente conectar novamente as informações (que se revelam contraditórias); em consequência, permite formar a experiência não apropriada através da leitura cotidiana do jornal.

Assumir tal postura teórico-metodológica, implica numa constatação de que “as percepções do social não são de forma

alguma discursos neutros”, como coloca Chartier. Para ele, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.<sup>60</sup> A *mea culpa* vai no sentido de ter consciência de que se o jornal mostra uma versão da realidade, utilizar-se dele como fonte histórica também é ver a história sob um viés, não o único, mas somente mais um dentre os possíveis. Francisco Falcon entende que o pressuposto da verdade histórica se converteu num caleidoscópio a partir do momento em que se propôs a “irrealidade do real” ou a “inexistência de uma relação necessária entre a história que o historiador produz e a História propriamente dita”.<sup>61</sup> Mesmo não atribuindo mais qualquer sentido à idéia de um passado integral, coerente e único, a historiografia não põe em dúvida a realidade histórica do passado. Ela empenha-se em manter um “protocolo da verdade”. Chartier resgata a idéia de Paul Ricoeur, de que os procedimentos explicativos da história seguem ancorados “no modelo de compreensão que, no cotidiano ou na ficção, permite dar conta das decisões e das ações dos indivíduos”.<sup>62</sup>

Nesse contexto, o uso do jornal, como fonte historiográfica, possibilita revelar, em determinados momentos e nos fatos que publica, os confrontos de idéias e a própria relação de força existente no entrecruzamento do mundo social. Através do jornal é possível

resgatar pequenas pistas que revelam as práticas cotidianas, principalmente as da elite.

O historiador Carlo Ginzburg alerta para o fato de que o material narrativo (aqui se inclui o jornal como fonte que narra determinados acontecimentos a partir duma visão) age durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. Segundo ele, é rudimentar a idéia de que as fontes, “se dignas de fé”, oferecem acesso imediato à realidade ou a algum aspecto dela. Como “espelhos deformantes”, elas não são janelas escancaradas nem muros intransponíveis. Analisar esta distorção implica num elemento construtivo, que não é incompatível com a prova. Para ele, “a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade”. Assim, o jornal é, como parte da realidade passada, sujeito a contestações. Como fonte que não fala sozinha, se interrogada de maneira apropriada, exige o preenchimento das lacunas, trabalho para o historiador que se move no âmbito do verossímil, nunca do certo ou completamente verdadeiro, mas que preenche tacitamente tais lacunas com o que lhe parece natural ou óbvio e, conseqüentemente, certo ou verdadeiro.<sup>63</sup>

Apesar deste cuidado para fugir da generalização, não se pode negar que quando o discurso elitista é veiculado pelo jornal, ele atinge, de alguma forma, os “outsiders” ou

subalternos.<sup>64</sup> É neste sentido que existe uma relação que serve como instrumento de dominação, uma vez que é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem em seu conhecimento.

Ler o jornal de ontem com olhos de hoje é fazer uma releitura de um passado escrito por uma casta sobre ela mesma, sobre seus próprios sonhos e desejos coletivos, materializados ou não, anseios estes que, não raro, tornam-se comuns aos demais integrantes da comunidade.

### **Gênese da imprensa**

Peter Burke diz que vivemos numa sociedade do conhecimento, sob a égide de uma economia da informação, mas que a confiabilidade da informação é questionada. Para ele, as notícias já eram vistas como mercadorias desde o século XVII.<sup>65</sup> O jornalismo ocidental, como atualmente é reconhecido pela sociedade, tem sua gênese no mundo moderno europeu, especificamente na fase mercantilista do capitalismo. Jürgen Habermas situa o aparecimento da imprensa no século XVII, a partir da ampliação das correspondências privadas trocadas entre comerciantes, sistematizadas e divulgadas através de jornais manuscritos produzidos por escritórios locais que possibilitavam este intercâmbio de informação. São estes escritórios ou agências noticiosas que providenciam a maior tiragem de exemplares e que ampliam a divulgação das informações,



a contra-gosto dos próprios comerciantes. Habermas explica que os jornais, chamados de “jornais políticos” por noticiarem assuntos públicos de interesse dos comerciantes, tais como guerras, atos parlamentares, colheitas, impostos e comércio internacional, não existiam para os comerciantes, mas, ao contrário, “os comerciantes é que existiam para os jornais”. Os próprios comerciantes eram conhecidos como *guardiões das novidades* devido à dependência que tinham do noticiário público para seu intercâmbio privado de informações. “A troca de informações – escreve ele – desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias”. Logo, a incipiente imprensa europeia tornou-se sistematicamente útil aos governos, transformando muitos dos jornais informativos em boletins oficiais. A par desta modificação, noticiava-se a vida social da corte, festas, solenidades, nomeações, ou cataclismos, ocorrências policiais e picuinhas urbanas, assuntos que serviam mais para dar o caráter da novidade ao jornal.<sup>66</sup>

No Brasil, o desenvolvimento econômico agrário permitiu a elite buscar um “verniz civilizador”, através do refinamento de hábitos, usos e costumes importados da Europa. Eram corriqueiras as viagens ou mesmo o envio dos filhos para estudar no continente europeu, contribuindo para o aprimoramento de um “arcabouço cultural” nas principais cidades brasileiras. Além do mais, quando Dom João

VI chegou em terras brasileiras, revogou a proibição das atividades editoriais, criando a Imprensa Régia e mandando publicar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808. Com a independência, em 1822, surgiram publicações ladeadas por forças políticas que empregaram a imprensa na formação de opinião. Por esta razão muitos políticos ligaram suas carreiras às atividades jornalísticas. Francisco Rüdiger situa o nascimento da imprensa gaúcha no contexto político que desembocaria na Revolução Farroupilha. O primeiro folhetim publicado na capital Porto Alegre em 1827, *O Diário de Porto Alegre*, foi uma tentativa do Imperador para conter o avanço das idéias de contestação da oligarquia pastoril sul-riograndense. Como resposta, surgiram muitos periódicos oposicionistas, verdadeiros pasquins, com textos de “linguagem extremamente virulenta, não poupando idéias, nem pessoas”.<sup>67</sup>

No terceiro quartel do século XIX, após a Revolução Farroupilha, as facções políticas gaúchas assumiram progressivamente a responsabilidade nas redações, fazendo com que os jornais se tornassem porta-vozes dos partidos. Exemplos como *A Reforma* (1869), *O Conservador* (1879), *Diário de Pelotas* (1867), *O Diário do Rio Grande* (1848), *O Echo do Sul* (1856) e o ícone da imprensa republicana, *A Federação* (1884), dirigido por Júlio de Castilhos, um dos líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A mola propulsora para o desenvolvimento da

imprensa foi justamente a “complexificação social”, dada através da educação pública desencadeada pelos castilhistas. Os textos jornalísticos da imprensa assumiram forte cunho doutrinário, com matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com adversários. O número de leitores, limitado pela baixa escolaridade e poder aquisitivo, faziam dos jornais veículos de “formação doutrinária da opinião pública”. As publicações acabavam dependendo de um número mínimo de assinantes para manter-se em circulação. Sua viabilidade era um problema político, não financeiro. As tipografias, empresas que editavam os jornais, concorriam pelos favores oficiais. O Estado exercia o controle através de auxílios e subsídios.<sup>68</sup>

O golpe de Estado desencadeado por Getúlio Vargas em 1930 modificou a estrutura de sustentação dos jornais brasileiros. A abolição dos partidos políticos obrigou-os à adaptação perante a nova situação. Ou se adotava uma linha “noticiosa” ou uma postura “oficialista”. Frequentemente, podiam ser lidas declarações de imparcialidade, seguidos do engajamento político, com textos baseados em comentários opinativos. Tais manifestações de neutralidade visavam demonstrar a subtração das conveniências partidárias em prol dos interesses gerais da sociedade.<sup>69</sup>

O aparecimento de jornais em Cachoeira do Sul nasceu neste contexto, numa amálgama entre imprensa e política-

partidária. Circularam na cidade: *Independente* (1864), *Cachoeirense* (1879), *O Pharol* (1883), *Clarim* (1886), *Liberdade* (1890), *XV de Novembro* (1890), *O Federalista* (1891), *O Governo* (1898), *O Commercio* (1900), *Rio Grande* (1904), *O Cachoeirense* (1915), *A Palavra* (1915), *O Parlamentarista* (1916), *Cachoeira Jornal* (1928), *A notícia* (1928), *Jornal do Povo* (1929), entre outros. De forma geral, os jornais locais ofereciam poucas matérias redacionais. Publicavam-se anúncios de venda, correspondências recebidas, chegadas e partidas de visitantes ou moradores ilustres, desavenças políticas, participações sociais e outros acontecimentos comunitários. As notícias estaduais ou nacionais eram transcritas de outros periódicos, utilizando-se a técnica da “tesoura”, recortando a matéria de interesse, colando-a num papel e a encaminhando para a oficina tipográfica. A periodicidade era semanal ou bi-semanal, à própria precariedade econômica do setor, que subsistia basicamente com a benesse da agremiação político-partidária que o sustentasse, as receitas oriundas dos poucos anúncios ou *apedidos* e dos assinantes ou “subscritores”, que recebiam o jornal e só depois pagavam a assinatura. Um dos jornais que circulou por mais tempo foi *O Commercio*, fundado em 1º de janeiro de 1900 por Henrique Möller Filho e apoiado pelo major Virgílio Carvalho de Abreu. Nos cinco primeiros anos, era impresso bilíngüe (português e

alemão), semanalmente até 1966, sempre às quartas-feiras.<sup>70</sup> Através do jornal, o major sustentou diversas campanhas políticas para o Partido Republicano Liberal (PRL), do general Flores da Cunha. Em 29 de junho de 1929, ele fundou, junto com Mário Godoy Ilha, o bimensual *Jornal do Povo* (JP).

### **Populismo e catolicismo no JP**

A postura adotada inicialmente pelo *Jornal do Povo* foi “oficialista”, com freqüentes declarações de imparcialidade e comentários opinativos revelando o engajamento político. Na revolução de 30, Virgílio Carvalho de Abreu se solidarizou com Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, ao estalar o movimento revolucionário. Cinco anos depois, era presidente do Poder Legislativo Municipal. Seu sócio, Mário Godoi Ilha, foi nomeado prefeito por curto espaço de tempo, de 7 de abril a 8 de dezembro de 1947.<sup>71</sup> O editorial do primeiro número de 30 de junho de 1929 já trazia as modificações pró-Vargas. O aparecimento do novo jornal corresponderia “a aspiração de ocupar um lugar, bem que obscuro, entre os dignos órgãos da imprensa riograndense, que, em geral, se amoldaram às exigências do estado evolucionar a que chegou o nosso Estado, manifestado no seu duplo aspecto: político e administrativo”. Desejosos de fazer crer que o espírito combativo das paixões partidárias não mais teria voz, que era chegada a hora da “ação construtiva” e da “devotada cooperação política e

administrativa”, escreveu-se que o jornal nascia “do povo e para o povo”, não sendo, portanto, um “jornal de partido”. Adotando no nome o verbete “povo”, o jornal procurava passar a idéia de conjunto, de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses, uma história e tradições comuns, portanto algo que uniria elite e subalternos, além de militantes de diferentes agremiações, nas mesmas páginas impressas. Paradoxalmente, o JP seguiria a “corrente liberal”, a mesma que o major Virgílio de Abreu levantava no PRL local. Assim, “*Jornal do Povo* – não no sentido demagógico, mas no de pugnar incessantemente por seus legítimos interesses dentro da ordem, da fraternidade e da concórdia, olhos fitos, especialmente, no desenvolvimento econômico e, em geral, nos múltiplos interesses da vida municipal, dos quais depende o bem estar da população”, ideais esses que coadunavam com o exigido pelo governo Vargas, que se instalara a partir do golpe de 1930.<sup>72</sup>

Junto ao nome do *Jornal do Povo*, foi colocada a alcunha de “independente”, numa clara pretensão de se diferenciar dos jornais partidários, como o próprio *O Commercio*. Nos editoriais, freqüentemente vinculava-se a vontade de ser “fiel ao seu programa de se bater em defesa da população cachoeirense”, de ser um “jornal livre, que tudo desvende”, “que jamais falseou ao seu programa de periódico inteiramente consagrado aos

interesses gerais, para o que se fazia mister colocar-se, à margem dos partidos políticos". Apesar da repetição de tempos em tempos, reafirmando tais preceitos de independência e liberdade, com a ditadura getulista houve um alinhamento oficial, mostrado pelo próprio jornal: "apressou-se em ir, de pleno agrado, ao encontro do lema desfraldado pelo sr. Getúlio Vargas, ao assumir a suprema administração do Estado, de mais administração e menos política". Partindo do princípio expresso pelo editorial – "a imprensa não é julgadora: é preparadora dos julgamentos", aquela que separa "do trigo o joio", o Jornal do Povo filiou-se à "confluência da corrente democrática com a corrente getulista". Desse "entroncamento de idéias, derivou-se a sua vida jornalística".<sup>73</sup>

Apesar dessa idéia de estar acima das picuinhas político-partidárias, visando somente os interesses da comunidade, algo que o jornal construiu desde seu aparecimento, nos editoriais de aniversários, a marca do discurso favorável a Getúlio Vargas era indelével. "Nascido para a Revolução de Outubro – escreveu-se no sexto aniversário – diz-lhe a consciência que a esse movimento de reconstrução política e social prestou o concurso inalterável de sua boa vontade". Havia "satisfação" em declarar que o jornal procurava cooperar "com o seu modesto concurso, nessa grande obra iniciada pelo iminente chefe do governo brasileiro". Sem a integração da imprensa brasileira no seu

verdadeiro papel, "de orientadora serena do nosso povo", estaria se marchando a passos largos para a confusão, anarquia e caos.<sup>74</sup>

Em 1937, a Constituição Federal brasileira do Estado Novo legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa coube a função de caráter público, instrumento oficial da ideologia do Estado Novo. A nova Lei da Imprensa obrigou os jornais a publicarem "comunicados" do governo, exigiu que todos os artigos opinativos fossem assinados e possibilitou a prisão dos diretores. O artigo 1.222 prescreveu a censura prévia e facultou às autoridades a proibição da circulação dos jornais que fizessem críticas ao regime. Maria Helena Capelato, analisando jornais alinhados ao getulismo, aponta o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como peça fundamental para controle e repressão dos atos e idéias, com amplos poderes sobre os meios de comunicação e organização da propaganda oficial. Segundo ela, Vargas "lançou mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na Alemanha de Goebbels". Criado em 1934, o departamento respondia diretamente ao Ministério da Justiça, colocando assim os meios de comunicação de massa diretamente ligados ao Poder Executivo, modelo esse inspirado no Ministério de Propaganda da Alemanha nazista. Entretanto, diferente do modelo alemão onde o rádio foi prioritário, os esforços para calar

vozes dissonantes no Brasil de Vargas foram realizados de forma semelhante à Itália fascista de Mussolini, através da imprensa periódica.<sup>75</sup>

Mesmo no contexto da “política do silêncio” no Estado Novo, as declarações do *Jornal do Povo* estavam longe de ser impositivas. Tratava-se de apoio explícito ao regime. Pouco importava o namoro de Vargas pelo fascismo que se instalava na Europa. O próprio jornal elogiara, ainda no início dos anos 30, o caráter fascista “mercê da qual Mussolini remodelou gloriosamente a Itália”. Além do mais, o apoio cachoeirense ao governo revolucionário era posto de forma generalizada, fazendo crer que os ideais de 1930 eram compartilhados por toda população: “Cachoeira, que foi a primeira a pular na estrada, abrindo caminho a arremetida fulminante contra o principal baluarte da devastação da República, sente-se no dever imprescindível de enfileirar-se entre as forças que montam guarda vigilante à consecução dos objetivos finais da jornada de 3 de outubro. É preciso portanto confessar, desde já, que Cachoeira é partidária ardorosa da constituição eficiente dessa milícia cívica”.<sup>76</sup> Assim, se o DIP projetava, via meios de comunicação, as estratégias de Getúlio Vargas, legitimando o Estado Novo, a partir do *Jornal do Povo*, os ideais getulistas pareciam estar no sangue da maioria dos cachoeirenses. Num “efeito ideológico de uma unidade no discurso”, esse tipo de linguagem

adotada prestavam-se à eliminação das posições contrárias porque justamente apresentavam-se como a fala do todo, não admitindo contestação. Além disso, a linguagem jornalística abandonou o antigo estilo liberal – como o diretor do JP, major Virgílio Carvalho de Abreu, imprimia no jornal, dado sua ligação com o PRL local –, caracterizada pela retórica pomposa, e passou a adotar a escrita precisa, séria, direta e energética, típica do fascismo.<sup>77</sup>

No Estado Novo, a contribuição política no entendimento do jornal era de não direcionar a partidos específicos, mas unicamente “para consolidação e prestígio do próprio regime, cuja estabilidade, é preciso que se saiba, não depende propriamente da vitória deste ou daquele candidato, mas, principalmente, da maneira com que se conduzirem as forças democráticas”.<sup>78</sup> Em outras palavras, a construção do discurso único corroborando com o regime autoritário instalado em 1937. Por conta desse apoio explícito a Vargas, já em 1941 foi concedido ao JP o registro no DIP.<sup>79</sup>

Em outubro de 1944, o jornal foi adquirido por Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha, um dos jovens intelectuais ligados ao catolicismo cooptados pelo regime varguista.<sup>80</sup> A mudança não modificou seu sentido político-partidário. Ao contrário, solidificou. Como escreveu uma leitora: “Nada sofreu o jornal com a mudança de redatores e proprietários. Continuou a sua

rota, traçada pelos fundadores, de bem servir ao público cachoeirense, defendendo os interesses municipais, a boa orientação política e administrativa e política geral, dentro dos princípios de lealdade, justiça e tolerância". Os dois novos editores seriam "dignos continuadores de Virgílio de Abreu". Frequentemente, Liberato Vieira da Cunha escrevia artigos ardorosos pró-Vargas: "E quando fizermos, em Cachoeira do Sul, um comício festejando a anistia ou festejando alguma vitória democrática, não cometamos a injustiça que muitos patrícios nossos estão cometendo: a de levarem, como líderes democráticos, as fotografias de Roosevelt e Stalin, deixando no olvido [esquecido] a de Getúlio Vargas". Em todos, preocupava-se em ressaltar a personalidade de Getúlio Vargas. Com o armistício da II Guerra Mundial e a deposição do presidente brasileiro, Liberato Vieira da Cunha passou a defender o sucessor Eurico Gaspar Dutra. Sobre a mudança, escreveu: "Com esta figura ímpar de brasileiro, com larga folha de serviços prestados ao país, a política de alta visão do grande Getúlio Vargas, será ampliada e completada, e o Brasil cada vez mais consolidará o seu prestígio entre as grandes potências do mundo".<sup>81</sup>

O sentido populista que caracterizou o governo federal neste período influenciou o modo de fazer o JP. Viver um jornal era viver "para o povo, sofrer com o povo, desejar com o povo". Como o próprio nome dizia, o Jornal do Povo deveria ser um "intérprete exato das

aspirações e do pensamento da população", num jornalismo que batalhava pela "verdade", lutava pela "justiça", defendia os "oprimidos", engrandecendo o Brasil. Era sempre necessário reafirmar que o jornal lutava pelos "superiores e impessoais interesses da coletividade cachoeirense". O dever de informar tinha de ser feito com "isenção e coragem, divulgando todas as notícias de interesse geral". Para mostrar que o JP não era um "órgão de partido", embora seus diretores e redatores tivessem "posição política definida", anunciava-se que o jornal publicaria todas notícias enviadas ou as colhidas pelos redatores, "de todos os partidos, desde que, em se tratando simplesmente de notícias, não emitam juízos de valor", algo que não acontecia quando se tratava de vincular a opinião partidária dos seus editores.<sup>82</sup>

A ameaça comunista pairando no ar cachoeirense, nos anos seguintes à II Guerra Mundial, inundou as páginas do JP com escritos de Liberato Vieira da Cunha repudiando a propaganda pública de idéias chamadas de "russificadoras". O comício público pró-constituente, organizado na praça José Bonifácio por seguidores do comunista Luiz Carlos Prestes, foi dissolvido, naquilo que Liberato Vieira da Cunha chamou de "vibrante manifestação de brasilidade", discurso que denotava a idéia de que a luta de Prestes era por tornar o Brasil um apêndice dos comunistas russos. Na ocasião, populares

contrários invadiram o local, pondo termo à reunião. Depois se dirigiram ao largo da igreja matriz, onde Liberato Vieira da Cunha, após fazer em público uma oração, pronunciou um “eloqüente discurso profligando a ação dos emissários de Moscou, que pretendiam implantar no Brasil o credo desagregador da Rússia Soviética”. A própria descrição do momento, feita pelo JP, mostra a tendência política adotada. A reportagem ressalta que, após as manifestações, os populares visitaram a redação para darem “vivas ao jornal e aos seus diretores que energicamente vem combatendo aqueles que querem fazer da nossa terra um paraíso de adeptos do credo moscovita”. Para Liberato Vieira da Cunha, foi uma formidável manifestação de repúdio ao comunismo e de repúdio ao que ele chamou de “lacaio de Stalin”, “exploradores do povo”, um acontecimento de “puro cristianismo, brasilidade e democracia”, que servia de exemplo ao Rio Grande do Sul, ao Brasil e à Rússia. A edição do JP contando os pormenores da mal-sucedida manifestação comunista teve uma procura tamanha que ocasionou filas na redação. A visita do próprio Prestes a Cachoeira foi descrita como um acontecimento memorável. Ao discursar da sacada do Partido Comunista (PC) local, foi “estrepitosamente acuado” por vaias e gritos de “Abaixo Prestes”, “Morra o Comunismo”, “Viva o Brasil”, sendo um momento “de rara emoção que o repórter teve a felicidade de viver”. Para o outro editor, Manoel de Carvalho

Portella, era preferível entregar os elementos “sangue-sugas” – assim se estaria fazendo justiça – do que defenestrá-los publicamente através do jornal, com palavras de “mata, esfolo, dependura, fuzila”.<sup>83</sup>

Em 1947, Liberato Vieira da Cunha foi eleito prefeito de Cachoeira do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD). Cumprindo o mandato, ele não se desligou das funções do jornal, ficando como diretor. Através das páginas do jornal, alcançou vãos maiores, como a eleição a deputado estadual em 1950, a reeleição em 1954 e o cargo de Secretário Estadual da Educação e Cultura em 1955. Em todas as oportunidades, usou das páginas do JP para divulgar suas idéias. Através do jornal, procurou demonstrar que havia sido um dinâmico administrador municipal. O jornal era o seu cartão de visitas que mostrava uma cidade bem administrada, com estradas patroladas, escolas abertas e obras de assistência social cuidando dos menos favorecidos, tudo isto representando um motivo para que o “eleitorado consciente de sua terra” votasse nele, pois seria um “intransigente defensor dos interesses coletivos”. Na primeira eleição a Assembléia Legislativa, foi eleito com mais de 15 mil votos.<sup>84</sup>

A sucessão administrativa de Virgílio de Abreu no JP imprimiu, além do viés político, um jornalismo de cunho religioso, devido ao sócio Liberato Vieira da Cunha ser um católico convicto e fervoroso. Embora se afirmasse que

o JP não era um jornal religioso, sua orientação era verdadeiramente católica, imprimindo no feitio do jornal a sua idéia, a sua atitude firme, de defesa dos princípios católicos e dos costumes cristãos. Frequentemente, seus editoriais evocavam a proteção divina: “O Jornal do Povo, considerado a importância da missão do jornalismo, ao iniciar mais um ano de trabalho, quer reafirmar à família cachoeirense que vai continuar informando, informando tudo e informando só a verdade, com a ajuda de Deus e a Virgem Medianeira”. Um anúncio no JP do porto-alegrense *Jornal do Dia*, que teve como redator-chefe, por determinado período, o próprio Liberato Vieira da Cunha, afirmava textualmente que ajudar um jornal católico significava defender a moralidade dos indivíduos e das famílias. Resgatando as palavras de Pio XII, a imprensa podia trazer paz ou guerra: “Sempre tem conseqüências o que diz o papel impresso. Pela imprensa se pode profetizar o futuro de um povo ou de uma civilização”. Por isso não podia faltar nos lares católicos um jornal católico: “Leia, assine e propague o Jornal do Dia”, dizia o anúncio. Como fundador e presidente do Centro de Ação Católica e como membro do PSD, ligado à Liga Eleitoral Católica, Liberato Vieira da Cunha trabalhava para que os postulados católicos fossem incorporados tanto nas leis estaduais quanto na própria comunidade cachoeirense.<sup>85</sup>

Com o falecimento de Manoel Carvalho Portella em 1951 e a morte num acidente

trágico de Liberato Vieira da Cunha em 1957, o JP passou às mãos do irmão Paulo Salzano Vieira da Cunha, gerente desde 1944.<sup>86</sup> A troca acelerou a mudança tardia de jornal político para noticioso, que exigiu novos investimentos tecnológicos, desenvolvimento do departamento comercial e a guinada para a regionalização das notícias e o envolvimento comunitário, sem por isso abandonar a parcialidade da informação. Tardio porque a imprensa do interior, ainda impregnada por tendências políticas, tinha um número limitado de leitores e, em conseqüência, dispunham de escassos recursos advindos da publicidade. Tardio porque as mudanças ocorriam gradativamente. Embora as tendências exigissem mudanças administrativas e redacionais, estas foram, de certa forma, postergadas pelo uso político-religioso que Liberato Vieira da Cunha fazia do JP.

A mudança editorial, a partir de abril de 1957, sob administração de Paulo Salzano, aprofundou a necessidade de se ressaltarem as qualidades do jornalismo noticioso descolado do departamento comercial. Para tanto, o discurso adotado foi o da isenção da informação. Mesmo se tratando de uma empresa comercial e particular, o jornal devia ser visto como um “legítimo patrimônio de seu povo”. Seu objetivo primordial era “servir ao bem comum, ao terreno da informação, da orientação, da crítica e da divulgação”. Era preciso oferecer ao leitor um “jornal digno da confiança”, “um órgão real em suas



informações, sóbrio em seu noticiário e honesto na divulgação de seus conceitos". Nos editoriais de aniversário, se ressaltava, de forma idêntica aos anos 30-40, a informação com "isenção", os comentários sóbrios e o "combate com honestidade na defesa do interesse coletivo". O JP era o "soldado destemeroso na defesa de seus mais altos interesses" que prestava um "serviço público gratuito" para Cachoeira do Sul.<sup>87</sup> Tais adjetivos eram utilizados para desvincular a linha editorial elitista, adotada desde sua fundação e mantidas com a sucessão dos administradores, das matérias publicadas e dos articulistas contratados para dar o devido respaldo.

Informando com "fidelidade", o JP deveria servir aos interesses da coletividade. Sua idéia era de que, ao orientar e dirigir a opinião pública cachoeirense, impulsionaria o progresso local. "Fazer jornalismo honesto, decente, reto, imparcial, honrado, é sofrer no espírito e na carne a recompensa da ousadia de fazer jornal". Uma imprensa "livre" e "independente" de qualquer influência de "grupos" ou "facções", divulgando a "verdade", só poderia ser fator de progresso para a cidade.<sup>88</sup> Nessa dita "verdade", os editores acabavam por esconder a "sua" verdade, uma vez que tinham por obrigação diária selecionar os assuntos que julgavam mais interessantes para a comunidade, algo que não poderia ser totalmente descolado daquilo que acreditavam.

Após o golpe militar de 1964, foi preciso reforçar o patriotismo do jornal. Como "porta-voz" da comunidade, defensor dos interesses da coletividade, "intérprete exato das aspirações e do pensamento da população", tanto das "maiorias" quanto das "minorias", desejava-se mostrar que o JP fazia parte de todo lar cachoeirense. O conceito de jornalismo que se propunha era de "batalhar pela verdade, lutar pela justiça, defender os oprimidos e, assim, engrandecer o Brasil",<sup>89</sup> algo que se aproximava ao exigido pelos ideólogos da revolução em curso.

Num típico caminho para o pensamento único, era intento dos editores mostrar que o JP vinculava mais que notícia, trazia notícia "verdadeira e bem feita", informação "precisa e exata", portanto impossível de ser contestada ou desmentida. E se o jornal tinha esse caráter, como pretendiam, tornava-se conseqüentemente um serviço público "gratuito e relevante", uma necessidade "social e existencial", uma utilidade "individual e coletiva". O JP seria "cultura" e "arte", "porta-voz de reivindicações", "fator de sucesso positivo ou negativo", "expressão dos anseios coletivos", "índice correto de grau de progresso, de cultura, de educação, de prosperidade, de sociabilidade da própria coletividade a que serve", a "própria expressão da comunidade naquilo que tem de mais realce". Para fazer jornalismo era preciso idealismo, altruísmo, abnegação, entusiasmo, força de vontade, desejo de servir: "Jornal é

o espelho de uma comunidade. Jornal é a história escrita quando acontece".<sup>90</sup>

Informando com "fidelidade", ele servia aos interesses da coletividade. Orientando e dirigindo a opinião pública cachoeirense, impulsionava o progresso local. "Fazer jornalismo honesto, decente, reto, imparcial, honrado, é sofrer no espírito e na carne a recompensa da ousadia de fazer jornal".<sup>91</sup> Como "porta-voz" da comunidade, defensor dos interesses da coletividade, "intérprete exato das aspirações e do pensamento da população", tanto das "maiorias" quanto das "minorias", desejava-se mostrar que o JP fazia parte de todo lar cachoeirense. "Este o nosso conceito de jornalismo: batalhar pela verdade, lutar pela justiça, defender os oprimidos e, assim, engrandecer o Brasil".<sup>92</sup> O "Jornal do Povo" deveria ser "para o povo", ter "como objetivo o povo", "gostar do povo", pois "ele lhe empresta a metade do nome". Uma espécie de reciprocidade, "damos alegria a ele e ele nos devolve, em dobro", "ele é a razão do nosso esforço e dedicação". Ao "povo" tudo, "afinal de contas, nós somos o Jornal do Povo". Como "olhos e ouvidos" da comunidade, o lema era "informar com imparcialidade".<sup>93</sup> Com "ideais permanentes de imparcialidade e honestidade", o JP registrava a história nos "risos e lágrimas do chumbo de seus velhos linotipos". Um jornal "sério", "da família cachoeirense", que lutava com "imparcialidade em busca da verdade".<sup>94</sup>

Independência e imparcialidade eram vistas como os maiores patrimônios do jornal. Numa pesquisa interna, leitores apontaram como aspectos positivos: independência em relação a grupos políticos e econômicos, imparcialidade na apresentação dos fatos e honestidade ao passar a informação. Esta "verdade" nas informações passadas foi tamanha que o jornal decidiu fazer um júri paralelo para avaliar o carnaval de 1987. Com critérios próprios, anunciaram os vencedores das categorias antes do desfile do vencedor.<sup>95</sup>

Considerando-se o "quarto poder" do regime democrático, "de tempos em tempos" reafirmava "sua liberdade de expressão e seu compromisso com a verdade perante a comunidade". Escândalos na administração municipal só vinham à tona por causa do jornal: "Recente encontro de velhos amigos numa roda de chimarrão que contava com a presença de um barnabé municipal tinha como assunto preferido os vários escândalos envolvendo a Prefeitura de Cachoeira. Em defesa da administração municipal o barnabé argumentou: o problema é essa imprensa. Foi o que bastou para que todo mundo explodisse numa só gargalhada. Claro, se não fosse a imprensa ninguém ia saber de nada". Em debates mais acirrados, como da incorporação do ensino superior cachoeirense, prevaleceria "a conhecida e respeitada linha de independência do jornal e de seus influentes colonistas, cada um livremente e sem qualquer monitoramente defendendo pontos de vista e

propondo e propondo comentários para reflexão de nossos leitores". O jornal se colocava como a "grande vitrina e a caixa de ressonância da cidade". Em vários períodos eleitorais, o JP anunciou tomar o partido do leitor, abandonando a "dependência do oficialismo de cada partido" e valorizando informações alternativas, numa tentativa de democratizar a informação. Lia-se no editorial: "Longe de tentar influenciar a decisão de voto de cada leitor, incumbe-se o Jornal do Povo neste pleito de lançar mão de todas as informações comprováveis ou de fontes confiáveis, cuidando para especificar o que vem de cada tipo de fonte. Nosso trabalho será fornecer dados para que o leitor processe sua opinião. A linha inovadora tem seu preço e o fator mais importante talvez seja o patrulhamento de alguns setores menos progressistas, o que será natural. Este mofo também terá de ser superado. Nosso partido será sempre o do leitor".<sup>96</sup>

Como fomentador dos debates comunitários, dizia não "fabricar informações, mas dar voz ao fato que já existe e precisa de luz para chegar até a comunidade e confirmar-se como verdade". A intenção das manchetes sensacionalistas e das séries de reportagens abordando determinados fatos era "informar o poder público dos problemas que estão afligindo a cidade de Cachoeira do Sul e dar uma satisfação aos leitores que ligam diariamente ao JP para desafogar a ansiedade do cotidiano de quem vive cronicamente este

tipo de problema". Afinal, o jornal acreditava ser, para os leitores, a "última possibilidade de forçar uma solução", servindo de salvaguarda da cidadania.<sup>97</sup>

A auto-promoção e formação de opinião, o poderio de encantar – mostrando a cidade de maneira negativa, retrógrada, diferenciando-a da imagem progressista do jornal – e a idolatria a Paulo Salzano, passaram a ser marcas da gestão de Eládio Cunha. Num dos poucos artigos em que assinou, ele sintetizou a forma de fazer um jornal "atuante na comunidade". Se ao longo dos anos o jornal havia se pautado "no sentido de provocar uma intimidade sempre crescente com o seu leitor, tal qual uma cumplicidade em tudo o que faz ou diz", esta linha de conduta fora "proveitosa para ambos" os lados, jornal e leitores. Ao preferir determinado jornal, o leitor passava a ser "parceiro desta publicação", o que ocasionaria uma perpétua busca de satisfação, informação e leitura. O jornal prestigiado pela comunidade passaria a ser "um instrumento de amplificação das idéias, defesa dos interesses e vigoroso incentivador de iniciativas". Eládio Cunha entendia que esta postura era encontrada no JP, tornando o jornal um "estimulador da cidadania e promotor de desenvolvimento". Se Cachoeira tinha o sétimo maior diário do interior do Estado em número de exemplares e qualidade gráfica e editorial, tal colocação diferia "muito da real posição da cidade no contexto estadual". A reciprocidade alcançada junto aos

leitores havia impulsionado o crescimento do jornal. A conhecida e “inarrável linha de independência” facilitava “tudo para o leitor”. As críticas emitidas pelo jornal faria com que o leitor entendesse que algo não estava bem. Os elogios permitiriam ao leitor assimilar “facilmente a mensagem” e tornar-se “defensor do mesmo elogio”. Quando o jornal acionava seu “poderio de encantamento e mobilização da comunidade em favor de uma iniciativa”, elas acabavam por se transformar, “ganhando dimensões muitas vezes inimagináveis”. Para Eládio, “feliz do veículo com essa capacidade aglutinadora porque a ele são confiada as melhores iniciativas que uma comunidade pode ter”. Por esta razão, Cachoeira havia elegido o JP. “Nosso esforço diário é corresponder a essa confiança. E penso que temos sido felizes nessa missão”.<sup>98</sup>

Esta parceria comunitária fazia com que muitos leitores entrassem em contato com a redação para buscar informações sobre a constituição do jornal, principalmente os critérios de definição da escolha da notícia. “O produto final busca amarrar em doses proporcionais as notícias de interesse público, a reportagem, as editoriais de acompanhamento e o registro da crítica/elogio do leitor. Em todos estes campos, a preocupação máxima com a verdade e o compromisso com o crescimento de Cachoeira do Sul são princípios que vão funcionar como critérios para determinar a escolha do que será publicado”. Neste sentido, o crescimento do

jornal era imputado à preferência e credibilidade que a população dedicava “ao seu diário”. Numa via de mão dupla, “quanto mais preferido e prestigiado, mais estimulado o JP fica a permanecer altivo, tomando sempre a iniciativa e responsável por tudo que escreve”.<sup>99</sup>

Em julho de 1998, frente a uma tentativa do legislativo local em aumentar os próprios salários, o jornal tomou para si a posição de “catalisador” dos interesse coletivos, fazendo um chamamento público contra o aumento que considerou abusivo. “Mais do que um justo posicionamento sobre um fato de relevância na comunidade, foi também o atendimento de uma cobrança insistente de leitores, assinantes e anunciantes, que vêem no JP uma salvaguarda a seus interesses”. Para o prefeito, restaria duas opções: ser “herói do dia, vetando corajosamente a lei, ou perder parcela significativa de respeito a admiração dos seus cidadãos, escondendo-se deste desafio”. Cinco meses após o episódio constrangedor, o mesmo poder legislativo decidiu homenagear Paulo Salzano Vieira da Cunha, dando seu nome a Casa de Cultura. Para o jornal, tratava-se de uma homenagem não só à pessoa do ex-diretor ou do próprio JP, mas à cultura cachoeirense, pois reconhecia uma “das pessoas que inegavelmente muitos serviços prestou a sua preservação e a descoberta de novos talentos, sempre fomentados através das páginas do Jornal do Povo”. Um dos

editoriais explicava que a comunidade poderia ficar tranqüila quanto a escolha. O acerto se dava porque o ex-diretor do jornal não só havia produzido cultura ou sido um dos “grandes incentivadores de toda a produção que se fez nos últimos 60 anos em Cachoeira do Sul”, mas porque determinara em muitas ocasiões que a redação do jornal registrasse a história, a arte e os novos artistas da cidade. Se a globalização retirou da imprensa a cultura local, em Cachoeira isto não ocorreu devido ao “chefe Paulo”. O jornal entendeu que a denominação patronímica à Casa de Cultura faria do homenageado “o mais importante homem da imprensa cachoeirense neste século”.<sup>100</sup>

Em episódios polêmicos, o jornal reiterava seu papel de fomentador do debate comunitário, alertando as pessoas sobre as consequências e efeitos na vida cotidiana das pessoas das decisões políticas nacionais e estaduais, cobrando posturas coerentes dos governantes. Por esta razão, acreditava distinguir-se dos demais jornais por “situar Cachoeira do Sul no planeta de forma que seja possível o cachoeirense se ver, sem perder a referência e a proporcionalidade de importância de um fato que acontece aqui e outro que acontece na Europa”. Em editorial, alertou que sofria do dualismo na vinculação das notícias. Indicadores negativos da economia local, persistência de problemas urbanos e perda da representatividade política não poderia ser tachados de “negativismo”

mas de “realismo”. “Ao ler uma manchete negativa, o leitor pode até sentir-se menos incentivado, mas tem a certeza de que está sabendo da verdade”. Como meio de comunicação social da comunidade, escreveu que tentava ser, da melhor forma possível, o condutor das notícias reais da cidade, “sejam elas boas ou, infelizmente, más”.<sup>101</sup>

A abertura de espaço a novos articulistas “do maior conceito na comunidade”, como o médico Carlos Eduardo Florence, o engenheiro e urbanista Chulipa Möller e o advogado e agropecuarista Ivan Tavares, foi considerado um ganho: “mais leitura, mais qualidade e mais sentido comunitário”. O episódio da queda do secretário da SMIC, em maio de 97, prenunciada um mês antes pelo jornal, revelaria o “prestígio” do JP em “informar o que sabe aos seus leitores”.<sup>102</sup>

Em meados de 1996, no momento em que os cachoeirenses se dividiam em “amar ou odiar” a cidade, o jornal – “órgão formador de opinião”, “concebido e produzido por pessoas inteligentes e bem-informadas” – não poderia ter uma postura “ francamente otimista, cegando-se aos fatores materiais da crise”. Num episódio em 99, mostrou os caminhos sinuosos da publicação de fatos, naquilo que chamou de “a anatomia da notícia”. Antes de divulgar a informação, estudou os “meandros jurídicos” e concluiu sobre a intenção da matéria. “Estão, lançou ao leitor a informação isenta, transparente, com histórico evolutivo e positivo e

posicionando-se imediatamente contrário ao projeto. Os colunistas tiveram a mesma conclusão e reação, também porque ouviram em seus setores de atuação a repercussão negativa do projeto". A isso chamou de movimentar-se de forma "serena e científica".<sup>103</sup>

Freqüentemente, o jornal arvorava para si a tarefa de depositário da história local e, por isso mesmo, produtor de diagnósticos capazes de explicar cientificamente os erros cometidos no passado. Como "principal fonte histórica de Cachoeira do Sul", os fatos mais importantes da cidade haviam sido registrados e repercutidos nas páginas do jornal. Ao pesquisar as coleções do JP guardadas no Arquivo Histórico Municipal, os cachoeirenses poderiam ter "um manancial de informações necessária para entender melhor a relação tempo e espaço desta cidade". Em 99, o jornal produziu um caderno especial, fruto de uma pesquisa de 60 dias com seleção de fatos e fotos, que haveria de proporcionar "o prazer de ter a história precisa e a vida de uma comunidade entre os dedos", mesmo entendendo que a simples coletânea do material não ajudaria a comunidade a conhecer suas "potencialidades e estudar sua evolução", rever erros, transição de valores, nomes que foram importantes e as causas e conseqüências do estágio de desenvolvimento cachoeirense. A finalidade do caderno era resgatar os movimentos pró-desenvolvimento da cidade e proporcionar prazer ao leitor, no

momento em que ele revivesse as "notícias e fotos que fizeram parte do seu cotidiano de anos atrás". Em 2000, lançou a revista "Planeta Arroz 2000", um "empreendimento editorial" que haveria de se transformar num "relatório setorial" para preparar um "diagnóstico completo e substancial" do setor orizícola local, com tendências de mercado, acompanhamento tecnológico das lavouras, valor nutricional do arroz e a situação do grão nos principais centros de consumo. Este deveria "servir de base aos novos comportamentos propostos acerca da vocação econômica de sua região de atuação" e ser um "irradiador de novas tendências".<sup>104</sup>

No mesmo ano, preparou um painel sócio-histórico-econômico de Cachoeira do Sul, mostrado através de uma série de "reportagens didáticas" sobre os 180 anos da cidade, "uma justa homenagem por data tão importante e também um esforço editorial que merece o leitor".<sup>105</sup>

Em se tratando de história, o jornal não esquecia de enaltecer o próprio aniversário ou a passagem de seus fatos marcantes. O quinto ano de circulação diária do JP em 97 – "fato que mudou a relação da imprensa com a cidade, permitindo uma agilidade nunca sentida no seu cotidiano e colaborando para fortalecer a liderança de Cachoeira no centro do Rio Grande do Sul" – significava passar a integrar "a elite do jornalismo do interior". Os 70 anos do jornal em 1999 ganharam manchete de primeira página e aquele que

foi considerado o “maior bolo da história da cidade”, com 70 metros de comprimento. A comemoração do ano seguinte foi menos espalhafatosa. Em editorial, exaltou os 71 anos de liberdade. Desvirtuando seu próprio passado, afirmou ter passado incólume nos regimes de exceção, enfrentando a “ditadura Vargas, de 1930 (apesar da maquiagem constitucional) a 1945”, e os militares em 1964 a 1985. “Sob censura e obrigado a incluir fatos que interessem ao regime, o JP soube esquivar-se íntegro na parceria fachada com sua comunidade no distante 1929”.<sup>106</sup>

### **Investimentos**

Desde a fundação do JP em 1929, vários investimentos haviam sido realizados para aumentar a circulação, mas o privilégio de espaço era das reportagens e artigos. Um grande número de anúncios, em 1934, aliado a impossibilidade de rodar mais de duas páginas, obrigou os editores a preterir para o próximo número a publicação regular de matéria paga. Como muitos outros jornais, conquistava-se assinantes de forma inusitada, distribuindo-se exemplares indistintamente na cidade e região. Quem não devolvesse, passava a ser subscritor. Em caso de inadimplência, ameaçava-se com a publicação dos nomes dos devedores.<sup>107</sup> Em algumas ocasiões, foi tentado aumentar a periodicidade de jornal bissemanal para diário. Em maio de 39, cogitou-se a mudança mas as expectativas foram frustradas frente à crise mundial que

se avizinhava. Na virada de 46 para 47, a circulação passou a ser segundas, quartas, sextas e domingos. Para os editores, a finalidade publicitária do jornal possibilitaria a execução da “mais importante das finalidades da imprensa: a colaboração no desenvolvimento do progresso das cidades, através do noticiário e da defesa dos interesses das suas populações”. No ano seguinte, foi anunciado o matutino diário, fazendo crer que o fato seria motivo de orgulho para toda comunidade, embora uma pequena parcela fosse leitora assídua: “Cachoeira do Sul poderá, doravante, orgulhar-se por possuir o seu diário, acontecimento que irá contribuir, sem dúvida, para elevar mais ainda o conceito e o nível cultural já atingidos pela nossa terra, entre as principais cidades do Rio Grande do Sul”. A circulação diária durou um ano. Em dezembro de 47, foi suspensa a periodicidade adotada, alegando não se poder manter em serviço durante o dia a máquina-composição pela falta de força motriz, pois não atingia o grau de calor necessário para o derretimento do chumbo.<sup>108</sup>

Nos anos 50, de forma clara e objetiva, explicava-se que uma parte das despesas do jornal era paga pelos anunciantes que prestavam um duplo serviço, fornecendo informações sobre produtos que o leitor necessitava e pagando parte do jornal. Os anúncios do próprio jornal ressaltavam a necessidade do leitor preferir os produtos dos patrocinadores. Entretanto, a baixa renda

gerada pelos anunciantes e assinantes e o maquinário antigo utilizado na produção postergavam as pretensas modificações.<sup>109</sup> Em janeiro de 1954, foi empreendida uma nova tentativa de tornar o JP diário. Contratou-se o serviço da agência *France Press* para dar conta do noticiário internacional e da *Agência Nacional* para o noticiário nacional e estadual. Na capital, o JP podia ser adquirido nas bancas da Praça da Alfândega, no mesmo dia que era editado em Cachoeira. Em agosto do mesmo ano, a edição domingueira passou a circular com um suplemento intergráfico, com variadas ilustrações e seções especializadas de modas, cinema, discos, palavras cruzadas, além de reportagens e páginas literárias. Em 55, através de empréstimos do que chamaram “pessoas amigas”, foi adquirida a primeira máquina de composição mecânica, uma *Linotype*, modelo *Ideal Universal*, fabricado pela *Mergenthaler Linotype Co.*, de Nova Iorque.<sup>110</sup>

Neste contexto de mudanças administrativas e redacionais, a solução era ou fechar, deixando os jornais da capital ampliar a concentração e o monopólio da informação, ou modernizar a redação, permitindo que a publicidade tomasse o espaço deixado pela política. Assim, ao invés de jornalismo político-partidário, a saída era a tirania do departamento comercial. Se a imprensa porto-alegrense avançava rumo ao interior gaúcho graças ao desenvolvimento dos meios de transporte, das novas técnicas de

distribuição dos exemplares e do recolhimento das notícias, para sobreviver, o jornal cachoeirense precisou acelerar o movimento de reorganização, através de grandes investimentos que possibilitariam o aumento da circulação e a regionalização da notícia.<sup>111</sup>

Com o JP sob responsabilidade de Paulo Salzano Vieira da Cunha, embalado pelos ventos modernizadores de Juscelino Kubitschek, a atitude empresarial – investimentos em tecnologia, ênfase no comercial e notícias da região – tomou definitivamente o lugar da conotação político-religiosa. Em novembro de 1957, foi lançado o *Plano de Assinaturas para 10 Anos*. Corretores passaram a visitar lares cachoeirenses em busca de novos assinantes. A finalidade da campanha era adquirir uma máquina impressora retroplana, a fim de melhor atender as necessidades de sua tiragem. Maior circulação de exemplares significava maior público leitor e conseqüentemente maiores verbas publicitárias. Buscava-se a regionalização do jornal, como forma a ampliar o número de assinantes. Novas sucursais foram instaladas em São Sepé, Caçapava do Sul, Sobradinho, Candelária, Encruzilhada do Sul e Rio Pardo, “para melhor atender os reclamos de cada população”. Com novas seções de entretenimento e novos serviços informativos, procurava-se ampliar a abrangência. A ênfase era fazer um jornal “movimentado” e “vibrante”, “registrando as dores e as alegrias



da cidade”, divulgando os fatos da cidade, em todos os setores, desde que os assuntos fossem de interesse público.

Entretanto, esta vivacidade tão propalada contrastava com a “pacificidade” da cidade, termo usado pelo jornal para justificar o abandono das edições diárias. Com uma escassez de fatos a comentar, Cachoeira transformava-se numa “cidade sem notícias”. Para manter o jornal diariamente, era necessário reprisar, “com algumas novidades”, fatos conhecidos. Repórteres, redatores e comentaristas punham-se diariamente a campo “à cata de noticiário, vibrante, ou que desperte algum interesse”. As repartições públicas eram “devastadas”; a polícia “visitada”; a prefeitura “revistada” de cima para baixo; gastava-se enorme tempo “procurando” notícias, muitas vezes em vão. Muitos fatos eram “fabricados” nas mesas dos cafés. A própria falta de notícia virava um “bom” tema para ser abordado. Frente a escassez de notícias e poucos anúncios que sustentassem edições diárias, o JP voltou a ser trissemanal em 1960.<sup>112</sup> Embora o número de habitantes na zona urbana cachoeirense tivesse triplicado, não sustentava a pretensão de um jornal diário.

A periodicidade não reverteu o déficit orçamentário. Em 1967, os anúncios da edição de domingo cobriam o prejuízo das edições de terça e quinta. Muito dos prejuízos eram cobertos pelos serviços tipográficos prestados pelo jornal. Chegou-se a cogitar em suspender

as edições deficitárias antes que fosse necessário cerrar as portas. “De nossa parte continuaremos enfrentando os prejuízos por mais três meses. A sobrevivência do JP como tri-semanário não pode mais depender somente do nosso esforço e da nossa boa vontade. Cabe a outros a decisão final”. Considerada a “gasolina” e o “óleo” de qualquer empresa jornalística, a publicidade em Cachoeira deixava a desejar. Poucas firmas locais tinham uma “mentalidade publicitária arejada, que reconhecem na mensagem de vendas o melhor meio para o seu próprio desenvolvimento”. Muitos comerciantes atiravam-se ao pessimismo da crise, sem procurar descobrir novos mercados, “através de mensagens publicitárias bem orientadas que poderão atrair nova fonte de clientela”. Era preciso incentivar lojistas a anunciar seus produtos para que, como consequência, o jornal pudesse expandir seus horizontes, ampliar sua tiragem, melhorar seus serviços, aumentando o número de páginas e oferecendo melhores “condições de cada vez servir mais e melhor a coletividade”. O jornal fazia sua parte, através de investimentos como as novas instalações da redação, onde cada repórter tinha sua “baia”.<sup>113</sup>

Passada uma década, as modificações eram visíveis: aquisição de impressora rotativa; construção das oficinas; dependências modernas na redação; reforma interna na administração e no departamento comercial. Tais investimentos foram possíveis

graças a iniciativas inéditas, como distribuir de brinde um calendário ao assinante que renovasse sua assinatura anual.<sup>114</sup> Em 1983, o plano de assinatura de 10 anos foi relançado para a aquisição do equipamento de impressão off-set. Perseguir a qualificação era tornar o jornal “ainda maior, de quem os cachoeirense possa se orgulhar mais e mais”. A campanha foi frustrada, chegando a pouco mais de 200 assinantes. Os planos de aquisição do moderno equipamento, com capacidade de impressão de oito mil unidades por hora, foram postergados para 1984.<sup>115</sup> No ano seguinte, o jornal adquiriu um computador Dismac 8000 e uma nova máquina compositora de textos. Para o 56º aniversário, estava previsto o lançamento do novo layout. O formato tablóide (meio jornal) substituiu a tradicional impressão tipográfica. Na parte editorial, foram feitas inovações, como os “conselheiros editoriais”, pessoas da comunidade convidadas escreverem artigos específicos no espaço “Palavra de Cachoeirense”, e a coluna “O Povo no Jornal”. O editorial trazia que “o mais importante, no entanto, foi ver repercutido e entendido o significado principal desta mudança operada no jornal: o jornal mudou, acreditamos que para melhor, à custa de um investimento em pessoal e máquinas, num raro exemplo de coragem empresarial. É, sim, um demonstração de que podemos acreditar em nossa terra. Apesar da adversidade, apesar dos custos que acompanham a inflação

sempre galopante, apesar dos pessimismo que nos cercam, é sempre possível tentar realizar um pouco mais para contribuir”.<sup>116</sup>

Em 1987, foi possível publicar o primeiro anúncio impresso em três cores, em comemoração aos 40 anos da Fundação Jacuí S/A. Outro aperfeiçoamento tecnológico foi a viagem de um dos diretores do jornal para a Europa, a fim de ditar aos fabricantes as especificações técnicas dos equipamentos importados. No mesmo ano, o JP adquiriu computadores para a impressão de textos. Os computadores substituíram as linotipos utilizadas desde 1950.<sup>117</sup> Tais modificações permitiram a circulação diária do jornal em 1992.

Com o falecimento do “chefe Paulo” aos 72 anos, em 31 de julho de 1996, Eládio Dios Vieira da Cunha assumiu por completo a administração, junto com seus irmãos Helena (social) e Liberato (redação).<sup>118</sup> Nesta fase, acentuou-se os investimentos em tecnologia, fazendo do jornal uma atividade muito mais profissional, como a edição on-line através da internet, a policromia, a edição de segunda-feira, a transformação radical do design e a possibilidade de impressão de 15 mil exemplares de 24 páginas por hora.<sup>119</sup> Na parte administrativa, novas técnicas de gestão foram colocadas em prática, como a Qualidade Total. Todos esses avanços garantiram em 99 o prêmio “Qualidade/RS”, distinção concedida pela Associação Qualidade/RS, dentro do Programa Gaúcho da Qualidade e

Produtividade (PGQP).<sup>120</sup> Em 2000, foi lançada a Planeta Arroz, primeira experiência do grupo em revista. No mesmo ano, novamente o JP foi premiado com o “Qualidade/RS”. Em 2001, a mudança ficou por conta do projeto gráfico, com maior espaço para as editoriais de interesse popular (esporte, política e televisão) e maior utilização de cor e fotos coloridas na edição final. A coluna social “Helena”, carro-chefe das mudanças gráficas, passou a ser colorida em todas edições. “A intenção é de sempre melhorar, atualizar, modernizar e tornar mais funcional o JP que chega todo o dia em cada residência, em cada banca”.<sup>121</sup>

### **Envolvimento comunitário**

Nos anos que se seguiram a administração de Paulo Salzano Vieira da Cunha, o Jornal do Povo se caracterizaria por um intenso processo de auto-promoção, colocando-se, na maior parte das oportunidades, como um órgão acima dos embates ideológicos, apesar de ser, ele próprio, o maior dos veículos ideológicos da cidade. As manchetes principais, os editoriais e as próprias reportagens caracterizam-se por uma explícita formação de opinião. Tudo isso sob um véu de jornal noticioso, comunitário, que investia em tecnologia, com ênfase no departamento comercial e nas notícias da região.

A relação com a comunidade foi considerada um dos sustentáculos para a sobrevivência do jornal. Apoiado e prestigiado

por todos, o JP poderia prosseguir informando e orientando, movimentando novas campanhas “para impulsionar o progresso da cidade, sacudindo o marasmo dos indiferentistas e dando sempre o seu integral apoio a todas as causas que objetivam o bem-estar e o levantamento social da nossa comunidade”. Um exemplo foi em 1968, quando o jornal divulgou amplamente a segunda edição da Fenarroz, “atraindo e estimulando as atenções de todas as forças vivas da comunidade para que a Feira Nacional alcançasse o êxito que realmente se revestiu”. Nas comemorações de aniversário, o jornal era saudado como “uma existência inteira voltadas aos interesses maiores da comunidade cachoeirense”. As páginas do jornal, como “espelho do progresso ou decadência” de Cachoeira do Sul, refletiriam sua história. O diretor Paulo Cunha não mais seria o proprietário, somente o responsável por mantê-lo. O JP não seria mais dele, pertenceria a Cachoeira do Sul. A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul saudou o jornal com um anúncio, destacando esta parceria comunitária. Mais do que uma iniciativa particular, o trisemanário representava um “patrimônio do município”.<sup>122</sup>

Na passagem do 41º aniversário, a festa era do JP mas a alegria era de todos cachoeirenses, afinal eram quatro décadas seguindo “a mesma linha de conduta”, procurando defender “os interesses da coletividade”, sem “arroubos exagerados”,

com “serenidade e cautela”. Por conta desta “retilínea linha de conduta”, o jornal havia tornado-se “merecedor da confiança dos cachoeirenses” que sempre tinham “uma porta aberta para receber a sua informação precisa e honesta ou sua orientação sadia e correta”. Em 1971, foi destacada a participação do jornal nos “sentimentos da população cachoeirense”, com a “entrada franca em todos os lares cachoeirenses”, “ilimitada confiança e nunca desmentido apoio”. No ano seguinte, a colunista Nenê Muller exaltou os “quarenta e três anos dedicados à comunidade, sempre pensando em termos de Cachoeira grande”.<sup>123</sup>

Poucas cidades do interior podiam se orgulhar de ter um “tri-semanário da categoria do JP”, um jornal interiorano que se projetava “no meio do povo”, que tinha “uma existência inteira espelhando fielmente a vida de uma comunidade”. As mensagens de agradecimentos do jornal eram direcionadas antes de tudo aos leitores. Eram eles que faziam o jornal crescer, através das assinaturas e do prestígio às ofertas dos anunciantes, estimulando-os a melhorar suas “mensagens de vendas”, ajudando a fornecer o sustentáculo da manutenção do jornal. “E assim vamos continuar todos, jornal e povo, jornal servindo ao povo e o povo vivendo com o seu jornal, trabalhando unidos com essa Cachoeira que cresce sem parar, jorrando energia que a todos entusiasma”. Para o deputado Geraldo Germano, o JP havia prestado “inestimáveis serviços à coletividade

da Princesa do Jacuí”, sendo o “autêntico porta-voz”, o “baluarte número um de suas mais justas reivindicações”. Por esta razão era justo ser chamado de “jornal da comunidade cachoeirense”. Para o vereador arenista José de Oliveira Lopes, o jornal colocava a população mais perto de Cachoeira do Sul. “É o melhor presente para quem parte, porque por maior que seja a distância, ele consegue manter o leitor a par de tudo que acontece pelas bandas do Jacuí. É o presente para os amigos que se ausentam desta terra”, discorreu ele na tribuna.<sup>124</sup>

Pelas suas páginas, a comunidade poderia ver não só o presente, mas também reconhecer seu passado. Como “registro inexorável”, a “letra impressa” sempre estaria disponível nos arquivo, “para júbilo dos honestos e para desespero dos crápulas”. Como fragmento da memória e da história de um povo, ele refletiria e projetaria sempre as “causas grandes e nobres que elevam o nível econômico, social, político, cultural e espiritual da comunidade que nasceu e na qual está inserido”. Como melhor testemunho do passado, o jornal auxiliaria não a criar problemas comunitários mas a solucioná-los. Isto porque, à medida que Cachoeira crescia, as pessoas se distanciavam das coisas do dia-a-dia, alienando-se. A tarefa do jornal era refazer essa conexão.<sup>125</sup>

Considerado uma propriedade espiritual de toda população, apelidado carinhosamente de “jornal da família cachoeirense”, a meta

de 1980 era aumentar em 2,5 mil o número de assinantes, “integrando-os à nossa grande família e trazendo-os para a luta de nossas reivindicações e para a alegria de nossas conquistas”.<sup>126</sup> A assinatura do jornal servia de presente para quem tinha quase tudo na vida, “principalmente para os cachoeirenses que estão longe da terra”. Em 82, um anúncio trazia uma série de razões para assinar o JP. “Ele é matéria-prima indispensável na vida de nossa cidade. Um jornal comunitário, mas um grande jornal. Agora, responda: Não é bom ter um jornal assim?” Em 88, o jornal foi contemplado com o prêmio “Jornalismo a Sério da Comunidade” pela Associação dos Jornais do Interior (Asjori), devido às campanhas “Minha Família é Assim” e “Campanha da Arborização”. Para o jornal a premiação significou a coroação e o reconhecimento do trabalho voltado para a comunidade cachoeirense. “Este prêmio não é só do JP, mas de toda a comunidade”.<sup>127</sup> Cachoeira do Sul seria uma comunidade que soubera manter e qualificar seu jornal, “mantendo-o forte e aguerrido em favor de sua causa, atento às suas reivindicações e vigilante permanente de todas as suas realizações”. Como espelho onde a sociedade se reconheceria, o jornal era feito com o esforço coletivo, a união de vontades e a integração na comunidade. Noticiando fatos que refletiriam diretamente na vida local, o JP seria o único a fazer um jornalismo essencialmente comunitário e local.<sup>128</sup>

Tal posto garantiria ao jornal apontar problemas que estivessem passando despercebidos por segmentos da comunidade. Não se tratava de pessimismo, “mas de um puxão de orelhas nos próprios cachoeirenses”. Em 1995, o jornal chamou seu aniversário de “66 anos de parceria com seus leitores”. Neste período, havia consolidado alguns hábitos, como o entrosamento obtido com a história da região, e criado outros, como a busca incessante pelo aperfeiçoamento tecnológico e a exploração da informática. Em tempos de globalização da notícia, havia colocado Cachoeira do Sul no eixo de acontecimentos nacionais e internacionais. Como jornal da família, da empresa, do sindicato, do professor, do aluno, do governante, do cidadão, o JP havia se tornado “um organismo participante desta sociedade”. O jornal se considerava comunitário e verdadeiro porque afirmava estar embasado nos princípios da isenção, da construção da cidadania e do conhecimento, tendo como matéria-prima a ética, o envolvimento comunitário e a atenção de provocar a mobilização, o debate e a proposta de uma sociedade mais justa, e buscando sempre o aprimoramento tecnológico e de recursos humanos para dar a contrapartida exata à parceria formada com os cachoeirenses.<sup>129</sup>

Ao completar dez mil edições em 96, o número de assinantes perenes havia aumentado em 27,9%, índice considerado recorde. A frieza dos números atestariam “a

continuidade da liderança de mercado e de credibilidade editorial", além de corroborar com os princípios básicos de "independência e crédito por parte da comunidade". Se o JP venciam mais um degrau, a cidade venciam junto. No mesmo ano, o sexagésimo-sétimo aniversário propiciava renovar a parceria comunitária "da cidade com o seu jornal". Eram décadas de "prática cidadã" do jornal com o leitor.<sup>130</sup>

Um jornal comunitário que serviria de fonte histórica para gerações futuras, um jornal que existiria para ser "lido, compreendido, guardado, questionado, amado ou odiado por quem esteja interessado". O articulista Carlos Eduardo Florence o definiu como "espelho de Cachoeira, às vezes claro, às vezes embaçado, mas totalmente reflexivo da nossa vida e da nossa cultura". Na festa dos 70 anos, essa união com a comunidade foi assim descrita: "A cidade veio ontem abraçar o seu jornal. Desde cedo acumularam-se visitas e manifestações por carta, cartão, telegrama, telefone e e-mail de regozijo pelo 70º aniversário do Jornal do Povo. Dezenas de jovens escolares participaram das atividades artísticas à tarde, no Clube Comercial, e centenas de cachoeirenses passaram pela Rua Sete de Setembro para provar do bolo de 70 metros e cantar o parabéns a você ao JP. À noite, duas homenagens, a solenidade de denominação patronímica da Casa de Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha e a sessão solene da Câmara

Municipal". Para o jornal, o momento fora indescritível: "É impossível conter a emoção que o leitor deverá observar fluindo em cada página da cobertura do dia dos 70 anos. Mais do que a jubilação, é preciso entender a parceria que existe da comunidade com o Jornal do Povo é muito íntima, pela própria opção do JP em realizar um jornalismo comunitário. É esta parceria que neste momento está sendo renovada".<sup>131</sup>

### **Promoções comunitárias**

Um dos quesitos mais importantes que se quis imprimir como marca do jornal foi o envolvimento comunitário, em parte presente no discurso desde seu surgimento. Nos anos 40, o jornal afirmava colocar-se sistematicamente "ao lado das boas causas", criticando aqueles que ferissem os interesses da coletividade que, "em razão do ofício, lhe incube salvaguardar". Incluindo "povo" em seu frontispício, o JP desejava ser um "reflexo das esperanças e das conquistas de toda coletividade", batalhando por "causas, cuja solução vier favorecer o povo".<sup>132</sup>

Em meados dos anos 50, a relação com a comunidade foi considerado um dos sustentáculos para a sobrevivência do jornal. Apoiado e prestigiado por todos, o JP poderia prosseguir informando e orientando, movimentando novas campanhas "para impulsionar o progresso da cidade, sacudindo o marasmo dos indiferentistas e dando sempre o seu integral apoio a todas as causas que

objetivam o bem-estar e o levantamento social da nossa comunidade". Quando Paulo Salzano ainda era gerente do jornal nos anos 50, a promoção de uma mesa-redonda sobre o trânsito significou uma colaboração inestimável ao "bem comum".<sup>133</sup> No início dos anos 60, já como proprietário, desencadeou uma campanha visando o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul, através da atração de indústrias de fora do município que impulsionaria o parque industrial e própria economia local. Não deveria ser uma pretensão só do jornal, mas de toda cidade, generalização essa freqüentemente tentada.<sup>134</sup> Em 66, o bairrismo se deu através do concurso "Rainha do Jacuí", quando o JP conseguiu "arregimentar todas as forças vivas cachoeirenses e sua sociedade e povo, em torno de tão destacada festa". Em setembro do mesmo ano, foi a vez do "V Congresso dos Diretores de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul" que trouxe a Cachoeira do Sul os homens de imprensa do Estado.<sup>135</sup>

Em 1968, o apoio foi para o pedágio que angariava contribuições para a APAE. Para o colunista de "A cidade em foco", J. Muller, "um povo que não se ajuda a si mesmo, não terá jamais paz de espírito e progresso". No início da década de 70, o jornal promoveu o "Jantar dos destaques". No final da década, foi a vez do "Dia do vizinho".<sup>136</sup>

Em 1980, um anúncio do próprio JP revelou a tendência para criar o hábito de leitura do jornal entre crianças e jovens, no

que mais tarde acabaria se transformando no "JPzinho" e no "JP na sala de aula". Um campanha comunitária que o jornal se engajou no início da década de 80 foi a do recolhimento de agasalhos para a população carente. O JP também ensaiou uma campanha própria, em prol dos leitos hospitalares cachoeirenses. Sugeriu que os motoristas que estacionassem veículos na rua Sete de Setembro, entre a General Portinho e a Ernesto Alves, colaborassem com Cr\$ 20,00. Os recursos amealhados seriam todos repassados para o HCB, que concluiria as obras de seu pavilhão e diminuiria o déficit de leitos. No 52º aniversário, a promoção "Vamos Correr Juntos" reuniu mais de oitocentos participantes.<sup>137</sup>

No ano seguinte, o jornal reeditou esta promoção e desencadeou outras, como a "Campanha de Arborização", com a distribuição de três mil mudas de árvores frutíferas e ornamentais, o concerto do Coral Cachoeirense e da Orquestra Sinfônica de Caxias do Sul e a "Tertúlia Crioula". "Dizemos que a presença dos amigos é imprescindível porque o Jornal do Povo pertence à comunidade, e procura retratar em suas páginas os anseios, preocupações e realizações desta comunidade. E se o jornal está em festa, a festa é da comunidade".<sup>138</sup>

No 54º aniversário festejado em 82, em vista do pouco espaço para agradecer toda comunidade, o JP optou por publicar uma lista com os 187 anunciantes do mês de junho.

Lia-se no anúncio: “Através desses nomes, queremos agradecer a todos, anunciantes, assinantes e amigos, convidando-os a permanecerem ao nosso lado neste novo ano que se inicia”. No final do mesmo ano, a promoção era de assinaturas premiadas. O slogan adotado foi “JP o Jornal que Cachoeira Lê”.<sup>139</sup>

Este intenso relacionamento partia, segundo o próprio jornal, também do leitor, que escrevia “contra isso, a favor daquilo”, mandando inúmeras cartas que se avolumavam na redação, demonstrando que o jornal não falava sozinho. Em 83, a campanha “Minha Cidade é Assim” procurou atingir o público infantil. As crianças encaminhavam desenhos ao jornal, mostrando como viam Cachoeira do Sul. “Uma despretensiosa promoção atinge seu objetivo, o de fazer as crianças também participarem da vida comunitária, com o jornal da cidade a servir de elo de ligação”. No aniversário do jornal, novamente a doação de mudas aos leitores do JP e a apresentação de orquestra sinfônica, desta vez a de Porto Alegre. “Prepare-se leitor, para participar de nossa festa, que terá ainda outras atrações. Todas feitas para você, e que dependem de sua participação para obterem sucesso”.<sup>140</sup>

Para a colunista social, Helena Cunha, o sucesso de promoções como a da arborização revelavam que havia “gente consciente querendo cobrir de verde a nossa Cachoeira do Sul”. Em abril de 86, foi lançada

o “JP na sala de aula”, uma campanha que buscava assinaturas junto a alunos dos estabelecimentos de ensino cachoeirense. Segundo o próprio jornal, o objetivo era fazer com que o JP penetrasse no maior número possível de lares cachoeirenses, para que mais pessoas pudessem adquirir o “salutar hábito da leitura” e para que o próprio aluno pudesse “aprender a ter contato com um dos mais importantes órgãos de comunicação de massa, o jornal”. Para um dos editores, a receptividade ficou dentro do esperado. “Não poderia ser diferente, especialmente em se tratando do JP. Posso até parecer suspeito ao manifestar-me assim mas, pelo fato de ser um órgão estritamente comunitário, o Jornal do Povo já esperava a reação do alunado”, escreveu ele na época. A utilização do jornal em sala de aula foi tida como a politização dos alunos pois estes estariam “devidamente entrosados com a sua comunidade” a partir da leitura sistemática do JP. O estilo jornalístico desejado era genuinamente comunitário.<sup>141</sup>

No início da década de 90, um editorial ressaltava a vitória do jornalismo comunitário, “aguerrido, vibrante, atualizado”. Para isto acontecer, era necessário submeter editores e repórteres a uma exigência de qualidade e seriedade “acima dos padrões habituais”. Foi citado dois exemplos para demonstrar esta inserção comunitária. O primeiro foi a formação dos Conselhos regionais, quando o jornal liderou o protesto de Cachoeira pela “manipulação” que Santa Maria estava



impondo com a “omissão” da Prefeitura. O intento era criar um Conselho liderado pelos cachoeirenses. O segundo exemplo foi sobre o desemprego na cidade e a promessa do prefeito “recheada de fracassos e praticamente já fadada ao abandono em função do grau de dificuldades e devido à passividade da população”. O jornal havia usado de suas páginas para exigir providências “em nome da comunidade”. E a iniciativa havia dado resultado. “Um rápido balanço demonstra que em duas semanas muito já mudou”. Por isso o jornalismo comunitário havia vencido. Quem saía ganhando era a própria comunidade. Com a vitória de Ivo Garske para a prefeitura em 1992, o diretor do JP, Eládio Cunha assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio. Meses depois deixou o cargo, voltando para o jornal.<sup>142</sup>

Na segunda metade da década de 90, foi intensificado em várias oportunidades a reafirmação deste tipo de jornalismo comunitário promovido pelo JP. No caso do porto fluvial, em junho de 95, o jornal disse ter cumprido sua “função social”, provocando o debate entre políticos, empresários e comunidade em geral. “Ao provocar o debate, alavancado também como notícia estadual, o JP cumpriu sua função comunitária e, modestamente, pode estar colaborando para que, dentro de seis meses, o atracadouro não se torne mais um elefante branco”. Num editorial de abril de 96, ressaltou a função do jornal como local de reclamações comunitárias

diante da “morosidade da máquina pública brasileira”. Ao tornar pública sua aflição, o cidadão repartiria seu problema e puniria o administrador público ineficiente. Mas, para cada situação, o jornal manteria uma postura correspondente. No caso de reclamações envolvendo consumidores, os reclamantes eram encaminhados ao escritório de Defesa do Consumidor. Em áreas com Conselhos Municipais específicos, como trânsito ou saúde, era usada mesma estratégia. As reclamações que o jornal julgasse de interesse coletivo eram publicadas, “como alerta aos setores responsáveis”; outras eram investigadas “para se ver o grau de influência do problema sobre a comunidade”. Nenhum leitor seria desconsiderado, pois existia “um respeito à parceria firmada com cada cachoeirense”.<sup>143</sup>

Na mesma época, publicou uma reportagem comparando dados sociais e econômicos, numa “viagem estatística ao passado de Cachoeira do Sul”. Considerou esta matéria uma grande oportunidade de se ter uma visão macro da história urbana e rural recente da região e um ótimo subsídio para estudos em sala de aula, promovidos por “professores competentes e idealistas”. Na comemoração dos 67 anos, trouxe o espetáculo de Elton Saldanha, sorteou prêmios na promoção de desenhos “Gosto muito de...” e anunciou um concurso de fotografias. “O fator decisivo de tanto sucesso não é apenas a mídia possibilitada pelo JP, mas sobretudo a

sensibilidade e o carinho com que sempre o público cachoeirense trata nossa promoções". Ao final do mesmo ano, reafirmou sua concepção comunitária, mantendo Cachoeira do Sul como centro de interesse sem destratar assuntos estaduais e nacionais de importância. "As mudanças econômicas, as eleições gerais e os grandes fatos que influenciam a vida dos cidadãos brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, ganham o espaço devido, com análise e repercussão local".<sup>144</sup>

Em 97, o jornal engajou-se no "Sopão da Criança", programa assistencial que proporcionava alimentação para meninos de rua e na "Campanha do agasalho". "O poder de mobilização do JP é enorme e ele está a serviço da comunidade organizada. A repercussão comunitária, é o mais importante indicador de credibilidade". No mês de abril, publicou uma série reportagens numa tentativa de radiografar o cotidiano "a partir do entendimento do presente e a revisão do passado", com um levantamento das origens históricas dos municípios da região e mostrando como as sucessões familiares estavam se processando nas empresas cachoeirenses. Também divulgaram que o projeto "JP na Sala de Aula" já envolvia seis mil estudantes e 38 escolas. Em maio, o engajamento foi no plano de asfaltamento lançado pelo prefeito Pipa Germano, considerado como o "principal alavancador da qualidade de vida nos bairros". O sucesso de adesões orgulhou o jornal. "Foi nestas páginas

que o prefeito Pipa fez o chamamento à população, explicou como os moradores deveriam se organizar e as vantagens da parceria contra a falta de qualidade de vida da rua de chão batido. Pelo JP, os moradores foram incentivados a participar da parceria". Em julho, fez um balanço de sua participação em atividades comunitárias: "Dia do Vizinho", "Bolão do HCB", "Sopão da criança", "JP na Sala de Aula", "JP Criança contra as bicicletas nas calçadas", "Assim vejo a natureza", "Caravana do Sucesso". A resposta que a cidade dava aos chamamentos demonstraria que o jornal tinha "importância capital na comunicação dos objetivos da sociedade" e que deveria "usar esta sua força e influência para promover o bem comum". Um promoção pioneira, lançada no mês de novembro, foi o do "Concurso simulado".<sup>145</sup>

No ano de 1998, o jornal fez uma convocação "à sociedade organizada de Cachoeira do Sul" contra o que chamou de "abuso dos vereadores" em querer aumentar os próprios salários acima de qualquer "parâmetro inflacionário ou indexador salarial". No mesmo ano, publicou uma série de reportagens intitulada "Grandes Temas", numa tentativa de comparar o sucesso das cidades de Lajeado e Santa Cruz do Sul com o fracasso de Cachoeira do Sul. "O JP não pretende ser o dono da verdade, mas incumbe-se de apresentar material editorial sobre o tema na esperança de colaborar com o debate comunitário que se trava".<sup>146</sup>

Em 99, lembrou que sua colunista Vera Beatriz Machado de Almeida havia ganhado, dois anos antes, o título de cidadã honorária pela Câmara Municipal de Vereadores. Lembrou também que o mesmo título já havia sido concedido pelo próprio jornal em 1981. Em junho, a cronista Célia Maria Maciel escreveu que uma das logomarcas da cidade, que formavam a identidade local, era o próprio Jornal do Povo. “Cada espaço, cada coluna que ocupo (com meus olhos ou minhas palavras) é como se eu ocupasse, sem reservas, a sua alma. Essa essência de que é feita a minha terra”. Em agosto, o jornal se engajou na campanha da escolha de uma árvore-símbolo para a cidade, “não apenas uma ótima idéia para colocar um aspecto ecológico na ordem do dia, mas também mais um exercício de auto-estima do cachoeirense”.<sup>147</sup>

No ano de 2000, o grande projeto comunitário que o jornal desencadeou junto com a Câmara de Dirigentes Lojistas foi o “Rota 21”. A proposta buscava estabelecer metas a serem alcançadas gradativamente pela cidade, otimizando as mobilizações comunitárias e direcionando as ações pelo desenvolvimento de Cachoeira do Sul. As etapas constavam em coletar dados e propostas de metas e objetivos a serem atingidos através de cinco coordenadorias; e implementar as propostas, divulgando seus conteúdos. “Sempre onde houver um projeto ou uma proposta que possa significar

mobilização e felicidade aos cidadãos, o JP estará apoiando e oferecendo os mais nobres espaços dedicados ao leitor para que a idéia evolua e renda frutos”. No natal de 2000, assumiu a responsabilidade de sediar a “Casinha do Papai Noel”, atraindo um grande grupo de crianças a “aglomera-se em frente ao JP prontas para ver o Noel e para dar uma volta no trenzinho do bom velhinho”. Para o jornal, todas essas promoções só eram possíveis graças às parcerias com entidades comunitárias. A cada promoção, o jornal assistia à adesão de novos parceiros e a renovação de patrocinadores que viam nas promoções uma grande chance de atingir um público-alvo. “Assim, o Jornal do Povo consolida-se não apenas como um veículo de comunicação de qualidade, como também um promotor de eventos de credibilidade”.<sup>148</sup>

### **Confusão de espíritos**

A matéria paga na imprensa camufla uma relação de informação e formação de opinião, que pode ter um caráter político, como nos primeiros anos da imprensa, ou de natureza publicitária.

O material jornalístico e a publicidade podem conviver amistosamente nos meios de comunicação, mas nunca devem se fundir para não confundir o leitor. Assim, tudo que não for de responsabilidade da redação, deve ser percebido como anúncio e receber avisos de “informe comercial”, “apêndices” ou algo equivalente. Isto deixa claro ao leitor que o

espaço não foi produzido pelo jornal nem seguiu os critérios editoriais.

Também há diferenças gritantes entre reportagens, que interpretam fatos e fenômenos, e colunas ou artigos que apresentam opiniões e considerações de seus autores. Apenas o editorial deveria apresentar a opinião do jornal.

Entretanto, o que se vê no jornal analisado, é uma típica formação de opinião política e de promoções comerciais que se travesti de informação. Juízos de valor não se limitam às colunas opinativas, assinadas por articulistas. Impregnam todo o fazer diário do Jornal do Povo.

Nesse sentido, o JP torna-se um exemplo de mudança de um jornalismo político-partidário, para a tirania do departamento comercial.

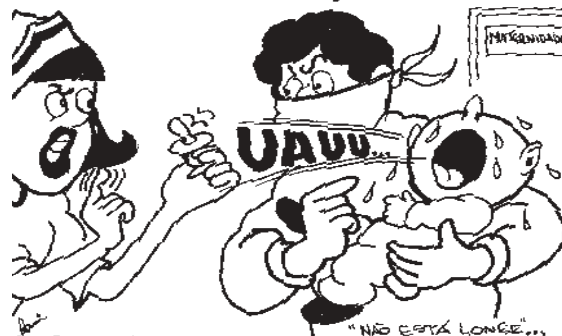
Entender uma parte desse processo é não só desejável, mas imprescindível para a consolidação da democracia, entendida aqui como o estímulo à opinião e ao pensamento próprio, algo possível somente com livre acesso aos meios de comunicação.

Utopia perseguida desde sempre...

## Charges

ELE NÃO QUER CHUPETA.  
QUER O JORNAL DO POVO!

JP 1/6/1996



O Jornal do Povo é como vinho,  
quanto mais velho, melhor!

JP 29/6/1999



## Notas

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista, 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p.24

<sup>2</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.388 Numa tradução mais literal, o termo significa mestre de ilusão ou aquele que produz imagens que iludem.

<sup>3</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III* [op.cit.], 1989, p.23

<sup>4</sup> BENJAMIN apud BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna* [op. cit.], 1994, p.388

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.92

<sup>6</sup> RIEFENSTAHL, Leni. *O triunfo da verdade*. Documentário produzido na Alemanha em 1936. Distribuição Inter Movies Serviços de Cine e vídeo Ltda. 110 min.

<sup>7</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna* [op. cit.], 1994, p.388

<sup>8</sup> ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio

de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.166

<sup>9</sup> ORLANDI, Eni Puccineli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed. Campinas/SP: Unicamp, 1997, p.99 apud PETRY, Andréa Helena. *O papel desempenhado pelo Correio do Povo durante o Estado Novo*. In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur, TRAMONTINI, Marcos Justos (orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.426

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. radução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.42-44

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.9-11

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador volume 1: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 e ELIAS, Norbert. *O processo civilizador volume 2: formação do Estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

<sup>13</sup> MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Volume 1: neurose*. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990, p.14-15 e MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Volume 2:*

*necrose*. Tradução Agenor Soares Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. [op. cit.], 2002, p.11-15

<sup>15</sup> CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas/SP: Papirus, 1995, p.38

<sup>16</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.62

<sup>17</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*, São Paulo: Hucitec, 1997, p.34

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*, In: KOETHE, Flávio. (org). *Walter Benjamin, Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p.36

<sup>19</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna* [op. cit.], 1994, p.389

<sup>20</sup> LIMA, Luiz Costa. *Introdução*. In: ADORNO et. ali. *Teoria da cultura de massa*. Comentários e seleção de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.18. O autor resgata o “princípio da não-consciência” de Pierre Bourdieu [*A profissão de sociólogo*], que diz ser necessário a sociologia privilegiar os aspectos ou esquemas existentes abaixo da transparência dos fenômenos.

<sup>21</sup> BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Tradução de Guilherme Teixeira. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

<sup>22</sup> PAULA, Fátima de. *Tensões e ambigüidades em Walter Benjamin: a modernidade em questão*, In: *Revista Plural*, departamento de Sociologia/ FFLCH, São Paulo: Universidade, 1º semestre, nº 1, 2ª edição, 1994, p.120

<sup>23</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão nômade. Walter Benjamin e outros viajantes*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p.28

<sup>24</sup> SANTO AGOSTINHO, *Livro XI*. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1996, p.328

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. *Prefácio* do livro de ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigações sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Süsskind. [tradução do prefácio André Telles]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.7

<sup>26</sup> LIMA, Luiz Costa. *Introdução*. In: ADORNO et. ali. *Teoria da cultura de massa*. [op. cit.], 2000, p.14-16

<sup>27</sup> MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Volume 1: neurose*. [op. cit.], 1990, p.13

<sup>28</sup> BURKE, Peter. *Uma história do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.152

<sup>29</sup> RIOUX, Jean-Pierre. *Entre história e jornalismo*. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p.120-122

<sup>30</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.45

<sup>31</sup> SIMMEL, Georg. *A metrópole e a Vida mental*. In: VELHO, Octávio. *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p.11

<sup>32</sup> BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.37

<sup>33</sup> BRAUDEL apud BURKE, Peter. *História e teoria social*. [op. cit.], p.14

<sup>34</sup> VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.43-46

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. [op. cit.], 1998, p.92

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994, p.57

<sup>37</sup> BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.241

<sup>38</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. In: *Revista Cultura Vozes*, nº 5, volume 89, set-out, 1995, p.37

<sup>39</sup> BENJAMIN, Walter. *Parque central*. In: KOETHE, Flávio. (org). *Walter Benjamin, Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p.126

<sup>40</sup> Segundo Peter Burke (*A Escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p.97), o termo micro-história originariamente se aplicou ao estudo de Carlo Ginzburg, em 1976, sobre a visão de mundo de um moleiro do século XVI, fundamentado em registros inquisitoriais. *O queijo e os vermes – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição* foi publicado no Brasil pela Companhia das Letras. Ver do mesmo autor: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 e *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

<sup>41</sup> CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 7, n.

13, 1994, p.101-102 e 108. Ver também FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981

<sup>42</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. [op. cit.], 1994, p.28-29

<sup>43</sup> CHARTIER, Roger. Prefácio do livro de ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigações sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. [op. cit.], 2001, p.9

<sup>44</sup> CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. [op.cit.], 1995, p.79-80

<sup>45</sup> CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. [op.cit.], 1995, p.7 (prefácio de Luce Giard) e p.126-127

<sup>46</sup> CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. [op. cit.], 1981, p.106

<sup>47</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998, ver Introdução de Sérgio Miceli (p.11) e Parte I (p.23-24)

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. [op. cit.], 1998, p.41-44

<sup>49</sup> CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. [op. cit.], 1981, p.77 e 106

<sup>50</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. [op.cit.], 1994, p.264

<sup>51</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. [op. cit.], 1998, p.37-38

<sup>52</sup> MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Volume 1: neurose*. [op. cit.], 1990, p.21

<sup>53</sup> CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. [op.cit.], 1995, p.157

<sup>54</sup> GOMES, Renato Cordeiro, *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994

<sup>55</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna* [op. cit.], 1994, p.271-272. O autor sugere a tradução de *Contramão* para o livro *Rua de mão única*.

<sup>56</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232

<sup>57</sup> Ver ainda PESAVENTO, Sandra. *O desfazer da ordem fetichizada* [op. cit.], 1995, PAULA, Fátima de. *Tensões e ambigüidades em Walter Benjamin* [op. cit.], 1994, e ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão nômade* [op. cit.], 1993.



<sup>58</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna* [op. cit.], 1994, p.91

<sup>59</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III* [op. cit.], 1989, p.106-107

<sup>60</sup> CHARTIER, Roger. *Práticas Culturais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17

<sup>61</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.13

<sup>62</sup> CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. [op. cit.], 1981, p.103

<sup>63</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.45 e 57-58. Ver ainda FERRARINI, Sebastião Antônio. *A imprensa e o arcebispo vermelho (1964-1984)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PPG/História: Dissertação de Mestrado [Orientadora Leda Maria Pereira Rodrigues], 1989 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005], onde analisa o discurso da imprensa sobre o arcebispo de Olinda-Recife, Dom Helder Câmara, colocando-o como subversivo da nova ordem estabelecida pós-64, devido aos seus questionamentos polêmicos.

<sup>64</sup> ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena*

*comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.19.

<sup>65</sup> BURKE, Peter. *Uma história do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.152

<sup>66</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.35

<sup>67</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.11-30. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ver FACHADA, Tereza Maria Rolo. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1880-1821)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG/História: Dissertação de Mestrado [orientadora Célia Freire D'Aquino Fonseca], 1989 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005], onde analisa como o primeiro jornal publicado no Brasil auxiliou na construção da imagem da capital federal.

<sup>68</sup> ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2002, p.126; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República. Elite e povo na virada*

do século. 3ª ed. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1995; ISAIA, Artur Cesar. *A imprensa liberal riograndense e o regime eleitoral do império. 1878-1889*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPG/História: Dissertação de Mestrado [orientador Earle Diniz Moreira], 1988 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005]; JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância a imprensa operária no RS 1892-1923*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPG/História: Dissertação de Mestrado [orientador Sérgio Caparelli], 1990 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005]

<sup>69</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.11-51. Ver ainda: LOPES, Cleide. *A Revolução de 30 e a imprensa paulista*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PPG/História: Dissertação de Mestrado [orientadora Estefania Knotz C. Fraga], 1984 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005]

<sup>70</sup> Dados extraídos do catálogo organizado pelo Museu Municipal de Cachoeira do Sul, *Cachoeira em jornal – catálogo*, 1982.

<sup>71</sup> JP, 4/7/1929 Aparecimento do JP, p.1, 17/10/1935 Cel. Virgílio Abreu, p.1, 9/5/1937 Coronel Virgílio de Abreu, p.1 e SCHUH, Angela & CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. Porto Alegre:

Martins Livreiro, 1991, p.43-49 e p.177-182. As principais mudanças administrativas do Jornal do Povo, de 1929-1963, foram as seguintes: 1929, diretores Virgílio Carvalho de Abreu e Mário Ilha; 8/5/1937, falecimento do Coronel Virgílio Carvalho de Abreu; 1945, proprietário Manoel de Carvalho Portella & Cia., diretores Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha; 23/5/1948, gerente Paulo Salzano Vieira da Cunha; 10/6/1951, falecimento de Manoel de Carvalho Portella; 1952, proprietário Liberato Salzano Vieira da Cunha, diretor junto com Paulo Salzano Vieira da Cunha; 9/4/1957, falecimento de Liberato Salzano Vieira da Cunha; 1963, diretor Paulo Salzano Vieira da Cunha.

<sup>72</sup> JP, 30/6/1929 Editorial, p.1

<sup>73</sup> JP, 14/12/1930 Editorial, p.1, 8/1/1931 Poesia. Que é que há. ACB, p.2, 22/1/1931 E foi assim que o Jornal do Povo, p.2 e 30/6/1931 Editorial. Terceiro ano, p.1

<sup>74</sup> JP, 30/6/1935 Editorial. O nosso aniversário, p.1, 7/7/1935 O papel da imprensa. Mucio Scolvola, p.1 e 30/6/1936 O nosso oitavo aniversário, p.1

<sup>75</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papyrus, 1998, p.69-75. Segundo ela, o DIP tinha como função elucidar a opinião pública sobre as

diretrizes doutrinárias do regime e estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. Tal organização funcional revelava um alto grau de centralização. Além disso, os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas.

<sup>76</sup> JP, 5/3/1931 Legionários da revolução, p.1

<sup>77</sup> PETRY, Andréa Helena. *O papel desempenhado pelo Correio do Povo durante o Estado Novo* In: DREHER, Martin, RAMBO, Arthur, TRAMONTINI, Marcos Justos (orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.427, e CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papirus, 1998, p.67-75

<sup>78</sup> JP, 30/6/1937 Mais um passo, p.1

<sup>79</sup> JP, 9/2/1941 Noticiário. Concedido registro no D.I.P ao "Jornal do Povo", p.3

<sup>80</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.186-208, afirma que os dirigentes do Estado Novo procuraram, desde cedo, atrair setores letrados a seu serviço. Como desde o início de 1930, grande base de sustentação do governo foi a Igreja Católica, foi natural o

apoio ao regime por parte do jovem Liberato Salzano Viera da Cunha, católico fervoroso, membro da União dos Moços Católicos de Cachoeira do Sul, que fez carreira política no Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se, sucessivamente, prefeito e deputado estadual, chegando a ocupar o cargo de Secretário de Educação e Cultura em meados dos anos 50.

<sup>81</sup> JP, 30/6/1946 "Jornal do Povo". Carina Pessoa, p.17, 30/6/1948 Uma visão retrospectiva. C. Pessoa, p.10, 19/4/1945 Getúlio Vargas. Liberato S.V. da Cunha, p.2, 22/4/1945 Incoerência. Liberato S.V. da Cunha, p.2 e 4/10/1945 Partido Social Democrático: força política em marcha para a vitória. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2. Sobre a imprensa no período, ver, por exemplo: DUARTE, Celina Rabelo. *Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PPG/Ciências Sociais: Dissertação de Mestrado [Maria Teresa S. R. de Souza], 1987 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005].

<sup>82</sup> JP, 1/7/1945 Jornal do Povo, p.1 e 29/6/1952 23º aniversário do Jornal do Povo, p.1

<sup>83</sup> JP, 21/9/1945 Decisivo repúdio ao comunismo, p.1, 21/9/1945 Lição impressionante. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2, 23/9/1945 Edição extraordinária

do “Jornal do Povo”, p.1, 7/10/1945 Luiz Carlos Prestes e seus sequazes fugiram de Cachoeira do Sul como verdadeiros gangsteres, dando tiros para trás, p.1 e 5/8/1946 Um por dia. Manoel de Carvalho Portella, p.2. Ver ainda: AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. *Carlos Lacerda e o discurso de oposição na tribuna da imprensa (1953-1955)*. Universidade Federal Fluminense, PPG/História: Dissertação de Mestrado [Francisco Falcon], 1988 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005]

<sup>84</sup> JP, 31/8/1950 Diretor do JP: Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.1, 7/9/1950 Para Deputado Estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.4, 17/9/1950 Manifesto aos meus conterrâneos. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2 e 2/10/1950 Hoje a proclamação dos resultados oficiais do pleito neste município, p.1

<sup>85</sup> JP, 30/6/1946 “Jornal do Povo”. Carina Pessoa, p.17, 2/7/1950 Editorial. Mais um aniversário, p.2, 17/1/1954 Anúncio, p.1 e 10/1/1947 Política local, p.1

<sup>86</sup> JP, 10/6/1951 Manoel Carvalho Portella, p.1, 10/4/1957 Tremenda Catástrofe, p.3

<sup>87</sup> JP, 29/6/1957 Jornal do Povo Cachoeirense. Carlos Fernando Figueira Soares, p.2, 29/6/1958 Mais um ano vencido, p.1 e 29/6/1961 Har-kar Comenta. Sociedade em Duas Colunas, p.2

<sup>88</sup> JP, 28/6/1962 Mais um aniversário, p.1, 29/6/1963 34º Aniversário, p.1 e 6/6/1965 Bom dia, leitor! Junho é o mês de aniversário do Jornal do Povo, p.1

<sup>89</sup> JP, 27/6/1965 36º Aniversário, p.1. Processo semelhante é descrito por DINIZ, Ângela Maria Carrato. *A amena Casa de Assis - papel e atuação do jornal no estado de Minas Gerais na década de 60*. Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado [Orientador Luiz Gonzaga Figueiredo Motta], 1996 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005], que estuda o jornal Estado de Minas e sua atuação no cenário político mineiro na década de 60 e o período que antecede à transformação do Estado de Minas no “grande jornal dos mineiros”, como a publicação passa a se auto-intitular. Segundo ela, o mais apropriado seria defini-lo como o único jornal dos mineiros, já que das 11 publicações locais do começo dos anos 60, apenas o Estado de Minas sobreviveu, experimentando nítida ascensão, configurando uma espécie de monopólio. Da mesma forma, NUNES, Márcia Vidal. *Imprensa e poder o jornal “O Povo” durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982)*. Universidade Federal do Ceará: Dissertação de Mestrado [orientador Maria Sylvia Porto Alegre], 1991 [acessado via [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) em 25 de março de 2005], procurou estabelecer o papel do jornal “O Povo” na consolidação do projeto político de Virgílio Távora.

<sup>90</sup> JP, 24/6/1965 A Semana em Sociedade. Nenê Muller, p.2 e 26/6/1966 2º Caderno. Só a ausência traz saudades, p.1. A Lei Municipal n.1.356, de 6/12/1968, passou a considerar o Jornal do Povo como o órgão oficial do município.

<sup>91</sup> JP, 28/6/1962 Mais um aniversário, p.1, 29/6/1963 34º Aniversário, p.1 e 6/6/1965 Bom dia, leitor! Junho é o mês de aniversário do Jornal do Povo, p.1

<sup>92</sup> JP 27/6/1965 36º Aniversário, p.1

<sup>93</sup> JP, 29/6/1972 Nosso Aniversário. Paulo César Ceratti, p.2, 28/6/1973 44 Anos, p.1 e 4/7/1976 Anúncio. Olha o Jornal do Povo!, p.5

<sup>94</sup> JP, 29/6/1977 Anúncio. Ah! O Jornal do Seu Paulo, p.3, 29/6/1979 50 Anos. Hoje é um dia muito especial, p.1 e 29/6/1980 Opinião. Jornal do Povo, 51 anos de honestidade, imparcialidade e responsabilidade. Eládio Dios Vieira da Cunha, p.2

<sup>95</sup> JP, 2/12/1984 Bom dia leitor, p.1, 8/2/1987 Painei. Franga, p.4, 5/3/1987 Bom dia leitor, p.2

<sup>96</sup> JP, 3/9/1993 Bom Dia Leitor! Do que sai no jornal, p.2, 19/8/1995 Panorama, p.6 e 2/12/1995 Painei. Ensino Superior, p.4 e 8/5/1996 Bom Dia Leitor! JP toma o partido do leitor!, p.2

<sup>97</sup> JP, 28/7/1995 Bom dia leitor! A mina e a economia, p.2 e 14/5/1996 Bom Dia Leitor! O Jornal dos Leitores, p.2

<sup>98</sup> JP, 28/6/1997 Artigo. Eládio Vieira da Cunha. O nosso jornal, p.2

<sup>99</sup> JP, 27/1/1998 Bom dia leitor. O jornalismo de comunidade, 27/6/1998 JP comemora 69 anos, p.4

<sup>100</sup> JP, 10/7/1998 Bom dia leitor! O orgulho é o jornal, p.2, 15/12/1998 Bom dia leitor. O chefe e a homenagem, p.2, 15/5/1999 Bom dia leitor! A homenagem e o chefe Paulo, p.2 e 29/6/1999 Paulo Salzano é o nome da cultura em Cachoeira, p.1

<sup>101</sup> JP, 16/4/1999 Bom dia leitor. As montadoras e Cachoeira do Sul, p.2, 29/11/1999 Bom dia leitor. O dribble e a informação, p.2, 1/7/1999 Bom dia leitor. A boa notícia e o JP, p.2, 17/4/2000 Bom dia leitor. A pauta e o leitor, p.2, 7/11/2000 Bom dia leitor. O trânsito e a morte, p.2

<sup>102</sup> JP, 10/4/1997 Bom dia leitor! Os leitores e seu jornal, p.2, 27/5/1997 Bom dia leitor. A queda e o prestígio, p.2

<sup>103</sup> JP, 28/7/1996 Bom dia leitor! A cidade e a auto-estima, p.2 e 26/8/1999 Bom Dia Leitor. A anatomia da notícia, p.2

<sup>104</sup> JP, e 5/4/1997 Bom dia, leitor. A História Registrada, p.2, 29/6/1999 Bom dia leitor. A

tarefa e o prazer, p.2 e 24/1/2000 Bom dia leitor. O arroz e o documento, p.2

<sup>105</sup> JP, 13/5/2000 Bom dia leitor. 180 anos de Cachoeira, p.2 e 4/8/2000 Bom dia leitor! O jornal e os 180, p.2

<sup>106</sup> JP, 22/3/1997 Bom Dia, Leitor. Cinco anos de diário, p.2, 28/6/1999 O jornal de Cachoeira está fazendo 70 anos, p.1, 29/6/1999 O maior bolo da história da cidade, p.7 e 29/6/2000 Bom dia leitor! 71 anos de liberdade, p.2

<sup>107</sup> JP, 1/1/1930 Jornal do povo, p.3 e 29/4/1934 Noticiário. "Jornal do Povo", p.3

<sup>108</sup> JP, 7/5/1939 O Jornal do Povo passará, em breve, a nova fase, p.1, 15/12/1946 Jornal do Povo, p.8, 1/1/1947 Nova fase. Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2, 21/10/1947 Cachoeira já possui o seu jornal diário. Sylvio Dutra de Albuquerque, p.1 e 2/12/1947 Jornal do Povo, p.1

<sup>109</sup> JP, 18/1/1951 Alguém paga parte deste jornal para você!, p.1, 15/7/1951 A partir do dia 1º de Julho – primeiro do 23º ano de existência do Jornal do Povo – tencionávamos introduzir algumas modificações na apresentação do Jornal, p.1 e 15/9/1953 Bom dia, leitor! Fazer jornal, no interior..., p.1

<sup>110</sup> JP, 1/1/1954 Anúncio. Jornal do Povo, p.1, 24/3/1954 Bom dia, leitor!, p.1, 7/8/1954

Anúncio. Aos nossos leitores, p.1 e 15/6/1955 Bom dia, leitor!, p.1

<sup>111</sup> Sobre a imprensa regional, ver RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.55-69

<sup>112</sup> JP, 2/11/1957 Bom dia, leitor!, p.1, 1/1/1958 Bom dia, leitor!, p.1 e 22/11/1958 Bom dia, leitor!, p.1

<sup>113</sup> JP, 30/5/1967 A cidade em foco. J. Muller, p.2, 25/6/1967 A cidade em foco. J. Muller, p.4, 29/6/1967 38 Anos, p.1 e 3/10/1967 Fatos & Comentários. Sobrevivência, p.1

<sup>114</sup> JP, 14/5/1978 Figueras conta o quente. Saul Torres, p.1 e 22/10/1978 Anúncio. 700 felizardos, p.1

<sup>115</sup> JP, 16/12/1982 Bom dia leitor, p.1, 9/1/1983 Atualidades Mernak. Para a frente é que se anda, p.2, 13/3/1983 Bom dia leitor, p.1 e 1/4/1984 Jornal do Povo recebe off-set, p.1

<sup>116</sup> JP, 7/4/1985 Painei. JP off-set, p.2, 4/8/1985 Bom dia leitor, p.2 e 11/8/1985 Bom dia leitor, p.2

<sup>117</sup> JP, 19/2/1987 Bom dia leitor, p.2, 22/3/1987 Jornalista brasileiros retornam da Europa, p.1 e 30/4/1987 JP recebe computadores para impressão de textos, p.1

<sup>118</sup> Os outros filhos do casal Paulo e Sulema Vieira da Cunha, não participaram ativamente

das atividades diárias do JP. José Antônio foi jornalista na TVE, Paulo ficou na Gráfica Jacuí e Sérgio continuou como bancário.

<sup>119</sup> JP, 4/1/1997 Painel. Numeradas. 2, p.4, 25/1/1997 Painel. Internet, p.4, 31/5/1997 Bom dia, leitor. Um novo jornal aos leitores, p.2, 31/1/1998 Bom dia leitor. O primeiro às segundas, p.2, 3/2/1998 Bom dia leitor. O orgulho e o reconhecimento, p.2, 3/2/1998 Cidade aprova o JP às segundas, p.3, 18/3/1998 Bom dia leitor. O nosso jornal, p.2, 26/3/1998 Bom Dia Leitor. A vida é diária, p.2 e 9/5/1998 Bom dia leitor. Globalização e Cachoeira do Sul, p.2

<sup>120</sup> JP, 27/5/1999 JP recebe hoje o Prêmio Qualidade/RS 99, p.9

<sup>121</sup> JP, 1/5/2000 Bom dia leitor! A feira e o jornal, p.2, 26/5/2000 Bom dia leitor. A qualidade e o jornal, p.2, 1/6/2000 Um prêmio para Cachoeira, p.1 e 13/3/2001 Bom Dia Leitor. JP muda de novo, p.2

<sup>122</sup> JP, 29/6/1968 Nosso aniversário, p.1, 29/6/1968 Roda Viva. Alves Filho. Aniversário, p.3 e 29/6/1969 2º Caderno. Anúncio. Assembléia Legislativa do Estado, p.5

<sup>123</sup> JP, 7/6/1970 A festa é nossa, mas, a alegria é sua, p.2, 29/6/1971 Nosso Aniversário, p.1 e 4/7/1972 Semana em Sociedade. Nenê Muller. 43º aniversário do Jornal do Povo, p.2

<sup>124</sup> JP, 26/3/1974 Coisas boas que Cachoeira tem, p.3, 29/6/1975 Nossos 46 anos, p.1, 29/6/1975 Geraldo Germano sobre os 46 anos do JP, p.1 e 29/6/1977 Terceiro Caderno. José Lopes diz que o jornal coloca todos mais perto de Cachoeira do Sul, p.5

<sup>125</sup> JP, 30/3/1980 2º caderno. Econotas. Permanência, p.1, 29/6/1980 Saudação. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, Prefeito Júlio César Caspani, p.1 e 9/9/1980 Opinião. Na imprensa, o reflexo do crescimento da comunidade. H. Massirer, Chefe da redação, p.2

<sup>126</sup> JP, 28/6/1981 Nosso Aniversário, p.2 e 5/7/1981 O JP das minhas lembranças, p.2

<sup>127</sup> JP, 15/4/1982 Panorama, p.3, 4/7/1982 Anúncio, p.6 e 10/9/1987 Bom dia leitor, p.2

<sup>128</sup> JP, 29/6/1988 Bom dia leitor, p.2 e 6/8/1989 Bom dia leitor! Cachoeira do Sul precisa de um jornal diário, p.2

<sup>129</sup> JP, 31/5/1995 Ronaldo Tonet. Cachoeira, p.2, 29/6/1995 Bom Dia Leitor! O Jornal e sua Cidade, p.2 e 15/12/1995 Bom Dia Leitor! O Jornal e seu leitor, p.2

<sup>130</sup> JP, 16/3/1996 Bom Dia Leitor! 10 mil vezes a história, p.2, 29/6/1996 Bom Dia Leitor! Prática cidadã há 67 anos, p.2 e 29/6/1996 O futuro que está sendo construído para Cachoeira, p.1

<sup>131</sup> JP, 20/2/1997 Bom dia, leitor. JP e a história, p.2, 10/7/1997 Carlos Eduardo Florence. Jornal do Povo, p.2, 30/6/1999 Cidade festeja 70 anos de JP, p.1 e 30/6/1999 Bom dia leitor. O bolo e o JP, p.2. Em 97, duas ruas foram denominadas em homenagem a Paulo Salzano Vieira da Cunha e Carlos Salzano Vieira da Cunha (Leis Municipais n.º 2.998, de 9/10/1997 e n.º 3.024, de 30/12/1997).

<sup>132</sup> JP, 1/7/1943 Mais um aniversário, p.1 e 31/12/1944 Ano novo, p.1

<sup>133</sup> JP, 22/12/1955 O Jornal do Povo, nesse seu empreendimento, colocou-se como um administrador lateral, p.1

<sup>134</sup> JP, 7/1/1962 Bom dia leitor, p.1

<sup>135</sup> JP 12/6/1966 2º Caderno. JP em sociedade. Agradecendo, p.1 e 4/9/1966 Cachoeira recepcionará esta semana a Imprensa do interior do Rio Grande do Sul, p.1

<sup>136</sup> JP, 1/9/1968 A cidade em foco. João Muller, p.9, 21/6/1970 Jantar dos Destaques contará com a presença do Governados, p.1 e 19/8/1980 Fatos e comentários. Atenção: amanhã é o dia do vizinho, p.1. A Lei Municipal n.º 2.992, de 11/9/1997, instituiu oficialmente o "Dia do Vizinho".

<sup>137</sup> JP, 1/1/1980 4º Caderno. Anúncio Jornal do Povo, p.3, 26/6/1980 Caminhões recolhem agasalhos hoje, p.1, 25/6/1981 Campanha do

Agasalho será hoje, p.1, 14/5/1981 Campanhas de Comunidade, p.2 e 18/6/1981 Helena comenta... Destacando, p.2

<sup>138</sup> JP, 29/6/1982 Bom dia Leitor, p.1

<sup>139</sup> JP, 1/7/1982 Anúncio: Obrigado a todos, p.5, 15/8/1982 Bom dia leitor, p.1, 11/11/1982 Panorama. Carlos Bacchin, p.3

<sup>140</sup> JP, 9/1/1983 Bom dia leitor, p.1, 31/5/1983 Bom dia leitor, p.1 e 7/6/1983 Bom dia leitor, p.1

<sup>141</sup> JP, 14/6/1984 Helena. As promoções do JP, p.2, 17/4/1986 Panorama. JP nas aulas, p.4 e 28/6/1987 Bom dia leitor, p.2

<sup>142</sup> JP, 8/8/1991 Bom dia leitor. A vitória do Jornalismo comunitário, p.2, 5/12/1992 Eládio é o secretário de Indústria e Comércio, p.1

<sup>143</sup> JP, 17/6/1995 Bom Dia Leitor! Porto e a Imprensa, p.2, 17/6/1995 Panorama. Elefante, p.6 e 20/4/1996 Bom Dia Leitor! A cidade em apuros, p.2

<sup>144</sup> JP, 27/4/1996 Bom Dia Leitor! A Cachoeira de dez anos na sala da aula, p.2, 9/7/1996 Bom Dia Leitor! Um grande jornal comunitário, p.2 e 19/10/1996 Bom Dia Leitor! O Jornal Comunitário, p.2

<sup>145</sup> JP, 12/4/1997 Bom dia, leitor. O JP e a comunidade, p.2, 26/4/1997 Bom dia, leitor. Nosso Compromisso, p.2, 3/5/1997 Bom dia leitor! O jornal e o asfalto, p.2, 23/7/1997



Bom dia, leitor. O jornal e sua comunidade, p.2 e 21/11/1997 Bom dia leitor, p.2

<sup>146</sup> JP, 9/7/1998 JP convoca cidade para derrubar auto-aumento, p.1, 8/8/1998 Bom dia leitor. O JP e o compromisso, p.2

<sup>147</sup> JP, 26/6/1999 Segundo Caderno, p.1, 29/6/1999 Crônica. Célia Maria Maciel. Identidade de Cachoeira. Jornal do Povo, p.2 e 2/8/1999 Bom dia leitor. O símbolo e a árvore. P.2

<sup>148</sup> JP, 15/1/2000 Cidade adotará metas de desenvolvimento em 2000, p.1, 16/12/2000 Bom dia leitor! O Noel do JP, p.2 e 19/10/2000 Bom dia leitor! As promoções do nosso jornal, p.2

Impresso no sistema *on-demand*, tiragem de 300 cópias, em papel Reciclato-Suzano 90 g/m<sup>2</sup> (miolo) e 240 g/m<sup>2</sup> (capa).  
Capa off-set - Gráfica Print-Color  
Cachoeira do Sul